

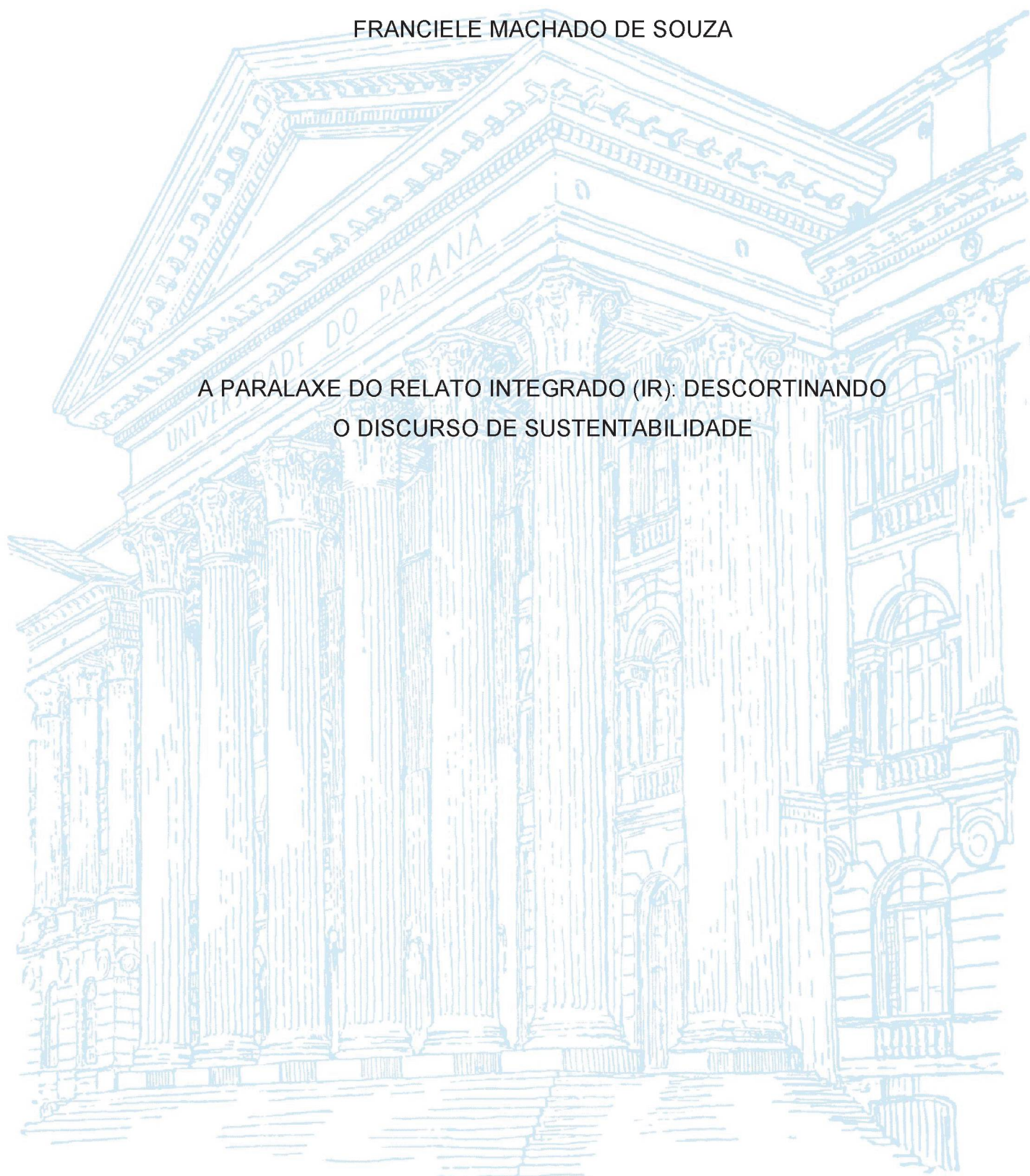
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCIELE MACHADO DE SOUZA

A PARALAXE DO RELATO INTEGRADO (IR): DESCORTINANDO
O DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE

CURITIBA

2020



FRANCIELE MACHADO DE SOUZA

A PARALAXE DO RELATO INTEGRADO (IR): DESCORTINANDO
O DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Panhoca

Coorientador: Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Souza, Franciele Machado de

A paralaxe do Relato Integrado (IR): descortinando o discurso de sustentabilidade / Franciele Machado de Souza. – 2020.

94 p.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Luiz Panhoca.

Coorientador: Luiz Nelson Guedes de Carvalho.

Defesa: Curitiba, 2020.

1. Contabilidade. 2. Relato integrado. 3. Empresas estatais - Brasil.
4. Sustentabilidade. I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. II. Panhoca, Luiz. III. Carvalho, Luiz Nelson Guedes de. IV. Título.

CDD 657



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CONTABILIDADE -
40001016050P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CONTABILIDADE da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **FRANCIELE MACHADO DE SOUZA** intitulada: **A paralaxe do Relato Integrado (IR): Descortinando o discurso de sustentabilidade, sob orientação do Prof. Dr. LUIZ PANTHOCA**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

29/05/2020 09:49:57.0

LUIZ PANTHOCA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

03/06/2020 11:42:31.0

JOSE ROBERTO KASSAI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica

10/06/2020 13:14:59.0

FABIO VIZEU FERREIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE POSITIVO)

Assinatura Eletrônica

29/05/2020 12:49:18.0

LUIZ NELSON GUEDES DE CARVALHO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica

28/05/2020 19:42:53.0

VICENTE PACHECO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

29/05/2020 10:15:09.0

FLAVIANO COSTA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AVENIDA PREFEITO LOTHARIO MEISSNER, 632 - 1º ANDAR - SALA 120 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80210-170 - Tel: (41) 3360-4193 - E-mail: ppgcont@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 42369

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.pppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 42369

Ao meu filho Isaac,
a razão do meu existir!

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu Criador, pelo dom da vida, pelas disposições e permissões, pelo milagre de ser mãe do Isaac e, em especial, por ter me dado forças para concluir o Curso de Doutorado em Contabilidade, caminho que certamente eu não percorri sozinha, uma vez que sinto profunda gratidão pelas pessoas que, de alguma forma, colaboraram para a realização dessa pesquisa.

Ao orientador da tese, Prof. Dr. Luiz Panhoca, que desde o início acreditou neste tema e conduziu a tese de maneira ímpar. Agradeço imensamente pelo seu acolhimento, disponibilidade, incentivo e zelo com que me conduziu no percurso deste estudo.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho, que prontamente aceitou o convite para ser coorientador deste estudo, e sempre se dispôs a esclarecer as dúvidas que tive sobre o Relato Integrado. Obrigada pelos ensinamentos compartilhados com competência e generosidade.

À banca do exame de qualificação do Curso de Doutorado, composta por Prof. Dr. José Roberto Kassai, Prof. Dr. Fabio Vizeu Ferreira, Prof. Dr. Flaviano Costa e Prof. Dr. Vicente Pacheco, agradeço pelas valiosas discussões e pelos apontamentos que contribuíram para o aprimoramento desta tese.

À Coordenação do Programa de Mestrado e Doutorado em Contabilidade (PPGCONT) e a todos os docentes da Universidade Federal do Paraná que ministraram as suas disciplinas no decorrer do curso. Obrigada por transmitirem seus conhecimentos durante todo o curso de doutorado, no desenvolvimento dos seminários, das aulas, dos artigos e pela convivência nestes anos.

Aos funcionários do PPGCONT, Márcio e Camila, por serem sempre pacientes, solícitos e prestativos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo apoio financeiro concedido durante o doutorado.

Aos meus pais, Wilson e Rosaly, que foram instrumentos de Deus para me conceder a vida: minha eterna gratidão e amor por me tornarem o que eu sou hoje. Em especial, a minha mãe Rosaly, que me apresentou a Contabilidade enquanto profissão, cujo amor se aflorou de tal maneira que me estendi até a conclusão desta tese.

Ao meu esposo, Leandro, que enfrentou junto comigo todos os “desafios” para a conclusão deste doutorado. Obrigada pelo companheirismo! Esta tese não é só minha, repito!

Ao meu filho, Isaac, que na pequenez de seu existir, foi tão grande em me ensinar o sentido da palavra alegria! Ele e o Leandro são minha razão de existir!

Aos familiares, especialmente minha Tia Rosiane, pelo apoio incondicional, por acreditar em mim e por sonhar comigo.

Aos meus sogros, Jorge e Marli, pelo apoio incondicional, pelas orações e por ajudar com os cuidados do Isaac.

Aos meus colegas de turma de doutorado, Vagner, Leandro, Ivonaldo, Everton, Flavio e Mônica! Gratidão pelo convívio, pelas discussões acadêmicas e pela ajuda em todos os momentos.

Aos colegas de mestrado com quem cumpri os créditos do programa, pela boa convivência e pelos conhecimentos compartilhados.

Todas as palavras a serem ditas no momento são insuficientes para exprimir a minha gratidão, por isso eu silêncio.

“Por isso não tema, pois estou com você;
não tenha medo, pois sou o seu Deus.
Eu o fortalecerei e o ajudarei;
eu o segurarei
com a minha mão direita vitoriosa”.
Isaías (41, 10)

RESUMO

O Relato Integrado (IR) é uma tentativa de órgãos profissionais e redes de negócios de se envolverem com a sustentabilidade nos relatos corporativos. Pelo fato da sustentabilidade ser um conceito amplo, identificou-se como ela é subjetivada nos discursos corporativos divulgados nos IR por meio das representações organizacionais, primeiro em artigos e posteriormente em estatais e privadas engajadas na implantação do IR no Brasil. Com o conhecimento adquirido, analisou-se o IR de um banco privado. Três artigos compuseram esta tese. O primeiro, com uma revisão de literatura de artigos em periódicos científicos, investigou a construção do discurso de sustentabilidade com base na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. O segundo artigo averiguou, nos IR de quatro estatais brasileiras, como elas se representaram em relação a sustentabilidade e a constatação dessa representação no período de 2013 a 2018. O terceiro analisou o discurso do Banco Itaú Unibanco S.A., considerando-se a Teoria de Laclau e Mouffe, no período de 2013 a 2018. Os resultados do primeiro e do segundo artigos indicaram que, o conceito de sustentabilidade nos IRs foi construído como “interesse próprio esclarecido” e falha em se envolver na discussão em torno das tensões entre sustentabilidade e crescimento econômico. No que tange ao Banco, objeto da pesquisa, constatou-se que o seu discurso enfatizou a sustentabilidade financeira para benefício principal dos provedores do capital financeiro. Como resultado destacou-se que a adoção ao IR pelas empresas pesquisadas reforçou o discurso hegemônico da sustentabilidade econômica constatando-se uma “paralaxe” entre o discurso corporativo de sustentabilidade e as prescrições recomendadas pelo IR. Os dados revelaram que a definição do Relatório Brundtland é vaga, embora desejável, difícil de ser implementada pelas organizações pesquisadas mesmo sendo adotantes do IR. Ademais, esta tese mostrou que à medida que o IR é adotado pelas organizações, ele pode ser colonizado por discursos dominantes de sustentabilidade financeira, devido à ambiguidade do conceito. Consequentemente, a forma como a sustentabilidade foi representada nos IR tem consequências políticas, éticas e econômicas. Recomendam-se estudos que perscrutem o IR como integrador das vozes e valores de diferentes *stakeholders* e a sociedade como um todo, com um conceito de sustentabilidade forte.

Palavras-chave: Relato Integrado. Estatais. Discurso. Sustentabilidade. Hegemonia.

ABSTRACT

Integrated Reporting (IR) is an attempt by professional bodies and business networks to get involved with sustainability in corporate reporting. Because sustainability is a broad concept, it was identified how it is subjectified in the corporate discourses disclosed in the IR through organizational representations, first in articles and later in state and private companies engaged to the implementation of IR in Brazil. With the knowledge acquired, the IR of a private bank was analyzed. Three articles made up this thesis. The first, with a literature review of articles in scientific journals, and investigated the construction of the sustainability discourse based on Laclau and Mouffe's Discourse Theory. The second article investigated, in the IRs of four Brazilian state-owned companies, how they represented themselves in relation to sustainability and the finding of this representation in the period from 2013 to 2018. The third analyzed the discourse of Itaú Unibanco, by considering the Theory of Laclau and Mouffe, from 2013 to 2018. The results of the first and second articles indicated that the concept of sustainability in IRs was constructed as "interest clarified itself" and fails to engage in the discussion around the tensions between sustainability and economic growth. Regarding to the Bank, the object of the research, it was found that its discourse emphasized financial sustainability for the main benefit of financial capital providers. As a result, it was highlighted that the adoption of IR by the surveyed companies reinforced the hegemonic discourse of economic sustainability, with a "parallax" among the corporate discourse of sustainability and the prescriptions recommended by the IR. The data revealed that the definition of the Brundtland Report is vague, although desirable, difficult to be implemented by the organizations surveyed even though they are adopters of the IR. Furthermore, this thesis showed that as the IR is adopted by organizations, it can be colonized by dominant discourses of financial sustainability, due to the ambiguity of the concept. Consequently, the way sustainability was represented in the IR has political, ethical and economic consequences. It is recommended studies that examine IR as an integrator of the voices and values of different stakeholders and society as a whole, with a strong sustainability concept.

Keywords: Integrated Reporting. State-owned companies. Speech. Sustainability. Hegemony.

LISTA DE TABELAS

TABELA 2-1. CATEGORIAS DE ANÁLISE DO DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE.....	31
TABELA 2-2. LISTA DOS ARTIGOS DA AMOSTRA	33
TABELA 2-3. CATEGORIAS DE ANÁLISE DO DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE DAS PESQUISAS EMPÍRICAS REVISADAS	37
TABELA 3-1. AMOSTRA DO ESTUDO	56
TABELA 3-2. RELATÓRIOS ORGANIZACIONAIS ANALISADOS	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
REFERÊNCIAS.....	18
2 O DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE E A PESQUISA ACADÊMICA SOBRE RELATO INTEGRADO (IR) NO SETOR PÚBLICO: UMA NOTA PÓS- ESTRUTURALISTA.....	21
2.1 INTRODUÇÃO	22
2.2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.2.1 Sustentabilidade: Uma Perspectiva Discursiva	24
2.2.2 <i>Framework</i> do Relato Integrado (IR)	27
2.2.3 Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe.....	29
2.3 METODOLOGIA.....	30
2.4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	32
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42
3 TORNANDO-SE SUSTENTÁVEL? A HEGEMONIA DO DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE NO RELATO INTEGRADO (IR) DAS ESTATAIS FEDERAIS BRASILEIRAS	47
3.1 INTRODUÇÃO	48
3.2 REFERENCIAL TEÓRICO	50
3.2.1 O discurso de sustentabilidade no Relato Integrado (IR)	50
3.2.2 Teoria do discurso de Laclau e Mouffe.....	53
3.3 METODOLOGIA.....	55
3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	58
3.4.1 Estatais financeiramente sustentáveis e promotoras do desenvolvimento sustentável (2013 a 2014).....	58
3.4.2 Estatais financeiramente e estrategicamente sustentáveis (2015 a 2017).....	60
3.4.3 Estatais estrategicamente e socioambientalmente sustentáveis (2018)	63
3.5 CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS.....	69
4 REPRESENTANDO A SUSTENTABILIDADE NO RELATO INTEGRADO (IR): ANÁLISE DO DISCURSO DOS RELATOS INTEGRADOS DO BANCO ITAÚ UNIBANCO	74

4.1 INTRODUÇÃO	74
4.2 REFERENCIAL TEÓRICO	77
4.2.1 Relato Integrado para a “sustentabilidade”	77
4.2.2 Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe	79
4.3 MÉTODOLOGIA.....	80
4.3.1 Processo de codificação do discurso	81
4.4 IDENTIDADE DO BANCO ITAÚ UNIBANCO EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE	82
4.4.1 Organização líder em sustentabilidade e financeiramente sustentável (2013 – 2014) 82	
4.4.2 Organização financeiramente e estrategicamente sustentável (2015 – 2017) .	84
4.4.3 Organização financeiramente e estrategicamente sustentável (2018).....	85
4.5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	86
4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS.....	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	94

1 INTRODUÇÃO

Em 1987, o Relatório *Brundtland* forneceu uma das definições mais conhecidas de desenvolvimento sustentável, expressa como um “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 45). Embora a definição seja familiar, sua natureza radical só pode ser contemplada no contexto da época em que foi promulgada (Bebbington & Larrinaga, 2014). Nesse sentido, Cohen, Robinson e Rothman (1998) relatam que o desenvolvimento sustentável fez parte de um amplo discurso político que expôs o conceito de sustentabilidade e seus componentes à manipulação e à contestação.

A definição do Relatório *Brundtland* deixa transparecer uma ambiguidade em relação ao seu surgimento como ideia pretensamente reparadora da crise socioambiental e de seu real sentido de reforço do Capitalismo (Vizeu, Meneghetti, & Seifert, 2012). Para Vizeu et al. (2012), essa ambiguidade assinala o caráter ideológico do conceito. Após o Relatório *Brundtland*, diversas organizações internacionais (tais como, *Global Reporting Initiative* – GRI e a *Sustainability Accounting Standards Board* – SASB) e pesquisadores acadêmicos tentaram especificar o que significa o vocábulo “sustentabilidade” (Lozano & Huisinigh, 2011; Onn & Woodley, 2014; Bebbington & Larrinaga, 2014) e diversas empresas complementaram sua divulgação financeira anual com relatórios de sustentabilidade, abrangendo aspectos ambientais e sociais (Joseph, 2012). Onn e Woodley (2014) revelam que o número de definições fornecidas e as diferentes maneiras que o desenvolvimento sustentável foi operacionalizado nas organizações deixaram o termo “sustentabilidade” indefinido.

Para Jacobs (1999), a natureza complexa e normativa da sustentabilidade leva à contestação e à luta política. O autor identifica que conceitos contestáveis são complexos e ambíguos tendo dois níveis de significação. No primeiro nível, os conceitos são definidos por várias ideias centrais (Jacobs, 1999). Essas ideias centrais são expressas por meio de uma definição curta, geralmente vaga, mas que possui aceitação unitária ou ampla (Tregidga et al., 2018).

Já no segundo nível, o significado de sustentabilidade está aberto ao debate (Jacobs, 1999). Isso não deve ser entendido como uma falta de precisão remediável

sobre o significado do termo, em vez disso, essa contestação constitui uma luta política pela direção do desenvolvimento social, ambiental e econômico (Tregidga et al., 2018). Ou seja, discordâncias sobre o significado não representam disputas semânticas, mas argumentos políticos (Jacobs, 1999). O autor relata que a disputa ocorre em relação ao que essas ideias centrais realmente significam, ou seja, há argumentos políticos sobre como o conceito deve ser interpretado na prática. É neste segundo nível de significado, no embate discursivo para definir e controlar o conceito de sustentabilidade, que esta tese se concentra.

Frame e O'Connor (2011) afirmam que a falta de definição da sustentabilidade tornou o conceito um significante vazio, aberto a múltiplos significados. Os autores relatam que, ao invés de permanecer vazio e, portanto, sem sentido, o conceito pode ser preenchido com diferentes significados que estão sempre em evolução. Na visão de Tregidga, Milne e Kearins (2018) a natureza da sustentabilidade como um significante vazio tornou-a universal, aberta a múltiplas interpretações e ao exercício de poder por diferentes grupos de interesses. Assim, o discurso corporativo preencheu parcialmente o conceito com uma identidade econômica e lucrativa. Tregidga et al. (2014) relatam que, embora as referências à sustentabilidade sejam relativamente comuns nos relatórios corporativos, não está claro como uma organização deve se comportar para ser sustentável. Os autores utilizam a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985) para avaliar como as organizações constroem sua identidade sustentável e se representam por meio de relatórios corporativos. Os autores ainda revelam que as declarações sobre o que uma organização sustentável representa são amplamente ausentes, dando diferentes interpretações à sustentabilidade.

O *International Integrated Reporting Council* (IIRC) é uma iniciativa criada por órgãos profissionais e redes de negócios para envolver as organizações na integração de informações financeiras e não financeiras (Brown & Dillard, 2014). Lançado em 2010, o IIRC foi formado pelo *The Prince's Accounting for Sustainability Project* (A4S) em parceria com a *Global Reporting Initiative* (GRI) (Kassai & Carvalho, 2016). O Relato Integrado (IR) emergiu como uma nova prática organizacional de relatórios corporativos que abrange o desempenho social, ambiental e financeiro em um documento (Zappettini & Unerman, 2016).

Assim, o IR pode se tornar a revolução do século XXI em relatórios corporativos (Kassai & Carvalho, 2016). Para tanto, o *Framework* Internacional do IR (IIRF), publicado em 2013 (IIRC, 2013), propõe um conjunto de princípios e elementos de conteúdo, com o intuito de provocar uma mudança mental e de atitudes nos gestores da organização (Kassai, Carvalho, & Kassai, 2019). Logo, Carvalho e Kassai (2014) alertam que o IR não é a junção banal entre o relatório contábil e o de sustentabilidade, mas um processo de convergência entre sistemas de gestão e comunicação corporativa, em consonância com a sociedade, o meio ambiente e o equilíbrio de fluxos de caixa.

Dessa maneira, o IR não aborda apenas a divulgação. O pensamento integrado, conceito chave no IR, consiste na consideração ativa das relações entre as várias unidades operacionais e funcionais e os capitais que a organização usa ou afeta. As organizações podem reportar seu uso ou impacto em seis categorias de capitais: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural (IIRC, 2013). Os princípios básicos que sustentam a preparação do IR e disciplinam o conteúdo e a forma de apresentação incluem foco estratégico e perspectiva, conectividade de informações, relacionamento com *stakeholders*, materialidade, confiabilidade e completude, coerência e comparabilidade (Tribunal de contas da União – TCU, 2019).

Neste sentido, o IR pode ser visto como um texto híbrido que reúne diferentes práticas discursivas e une variantes dos relatórios financeiros, sociais e ambientais (Zappettini & Unerman, 2016). Neste redemoinho institucional, diferentes atores tendem a influenciar uns aos outros, contribuindo para uma construção geral de significados, ordem de discursos e definição de gêneros (Higgins, Stubbs, & Love, 2014). Estes atores podem executar funções diferentes e visam a alcançar objetivos diferentes, ou seja, é um palco com diferentes alto-falantes e envolve diferentes ouvintes (Zappettini & Unerman, 2016).

Embora o IR tenha como um de seus objetivos mobilizar grandes quantidades de informações corporativas, facilitando o envolvimento e o ativismo dos *stakeholders* internos e externos a organização, algumas críticas surgiram recentemente relacionadas a sua adoção (Milne & Gray, 2013; Brown & Dillard, 2014; Higgins et al., 2014; Bommel, 2014; Flower, 2015; Thomson, 2015; Zappettini & Unerman, 2016).

De acordo com Milne e Gray (2013), o *framework* do IR afasta as organizações e seus usuários da busca de implementar seriamente a sustentabilidade. Segundo Higgins et al. (2014), as narrativas sobre sustentabilidade nos IRs são utilizadas em relação às perspectivas organizacionais e aos propósitos dos acionistas. Além disso, a narrativa retórica do IR sobre sustentabilidade, torna-a uma prática atraente, que é cada vez mais adotada pelas organizações para atender a impulsos estratégicos e expectativas institucionais, em oposição a questões de sustentabilidade (Higgins et al., 2014).

Brown e Dillard (2014) salientam como a estrutura do IIRC, semelhante a outras diretrizes, parece favorecer as lentes da maximização da riqueza dos acionistas, enfatizando as oportunidades potenciais de ganho mútuo para abordar a sustentabilidade nas organizações. Além disso, Flower (2015) destaca a maneira pela qual os objetivos originais do IIRC de apoiar o desenvolvimento sustentável foram abandonados e substituídos pelo conceito de criação de valor na versão final do IIRF. O autor critica o IIRF por ser orientado para os negócios e assumir que não há conflito entre o bem-estar de uma organização e sociedade.

Para Zappettini e Unerman (2016), o termo sustentabilidade foi apropriado, misturado com outros discursos e semanticamente “dobrado” nos IR de adotantes iniciais, para construir a imagem da organização como financeiramente sustentável, ou seja, rentável para os acionistas. Eles revelam que, por meio do hibridismo do IR, as empresas colonizaram os discursos de sustentabilidade com o objetivo retórico de legitimação.

Gibassier et al. (2018) argumentam que inovações como IR estimulam a ação por meio das promessas mantidas por sua dimensão “mítica”, mesmo que essas promessas nunca sejam cumpridas. Neste olhar, Busco et al. (2018) revelam que, as práticas de relatórios, em especial o IR, podem ser utilizadas para desencadear as aspirações e intenções específicas dos gerentes, dentro de um processo contínuo de questionamento sobre “o que é sustentabilidade”.

Esta tese foi construída sob as seguintes questões de pesquisa: Como o conceito de sustentabilidade foi preenchido com significado na evolução dos discursos corporativos presentes nos Relatos Integrados? Esta questão de pesquisa está alicerçada na resposta de outras três questões de pesquisa desenvolvidas:

1. Como se constrói o discurso de sustentabilidade nos Relatos Integrados de empresas do setor público?
2. Como as estatais federais brasileiras se representam como sustentáveis para seus *stakeholders* por meio da prática do IR e os efeitos dessa representação ao longo do tempo?
3. Como o conceito de sustentabilidade é representado no Relato Integrado do Banco Itaú Unibanco S.A. e quais os efeitos dessa representação ao longo do tempo?

O objetivo da tese foi investigar os discursos corporativos de sustentabilidade nos Relatos Integrados em empresas estatais e privadas, engajadas na implantação do IR, no período de 2013 a 2018. Examinou-se as representações de “organizações sustentáveis” nos IR para identificar o conhecimento criado, suas condições de possibilidade e sua evolução. Delimitando o foco de estudo às maiores estatais federais brasileiras e ao Banco Itaú Unibanco, que se destacaram no cenário nacional e internacional pelo seu engajamento na adoção do IR no país, os objetivos específicos deste estudo, são:

- a) Analisar a construção do discurso de sustentabilidade nos resultados de pesquisas sobre os Relatos Integrados (IRs) de empresas do setor público.
- b) Analisar como as estatais federais brasileiras se representam em relação a sustentabilidade nos Relatos Integrados e os efeitos dessa representação, no período de 2013 a 2018.
- c) Analisar como o conceito de sustentabilidade é representado no Relato Integrado do Banco Itaú Unibanco e os efeitos dessa representação, no período de 2013 a 2018.

A tese foi desenvolvida na forma de três artigos apresentados a seguir:

No primeiro artigo, procurou-se entender a construção do conceito de sustentabilidade nos achados de pesquisas publicados em periódicos revisados sobre o Relato Integrado (IR) em empresas do setor público buscando-se identificar as principais lacunas que ainda necessitam ser estudadas em pesquisas futuras sobre a temática. Com base na teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985),

buscou-se ampliar o entendimento da sustentabilidade corporativa para que as vozes acadêmicas possam oferecer uma crítica contínua e abrir o debate em torno do significado de sustentabilidade dentro do contexto público.

No segundo artigo, cujo foco foi analisar criticamente a identidade da “organização sustentável” construída pelas estatais federais brasileiras, durante o período de desenvolvimento do IR. Além disso, investigou-se a forma como as construções de identidade se relacionam com a legitimidade, e se essas construções mudam ou são mantidas ao longo do tempo. Para tanto, utilizou-se a teoria do discurso e hegemonia de Laclau e Mouffe (1985). Os dados utilizados nesta análise são os Relatos Integrados de quatro estatais brasileiras: Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Eletrobras. Ao analisar a identidade organizacional em torno do ponto nodal “organização sustentável”, abriu-se o debate em torno do significado de sustentabilidade nos IRs em contexto brasileiro.

No terceiro artigo, o foco foi analisar como o conceito de sustentabilidade está representado no IR do Banco Itaú Unibanco e os efeitos dessa representação, no período de 2013 a 2018. Realizou-se uma análise do discurso dos IRs do Banco Itaú Unibanco à luz da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1985) e se analisou a forma como as construções de identidade se relacionam com a legitimidade e se essas construções mudam ou são mantidas ao longo do tempo. Ao pesquisar a identidade do Banco Itaú Unibanco em torno do ponto nodal “organização sustentável”, abro o debate em torno do “significado” de sustentabilidade em uma empresa privada referência em sustentabilidade, cujo IR conquistou três prêmios: *BeyondBanking Awards*; *Latin American Excellence Awards* e Prêmio Aberje. Além disso, o material produzido pelo Banco Itaú Unibanco tem sido *benchmark* para empresas de diversos setores, entre elas, o BNDES.

Com isso, esta tese objetivou investigar como as representações de sustentabilidade organizacional se moldam nos IRs e sua evolução no tempo. Tão logo, a pretensão deste estudo consistiu em defender a tese de que o discurso corporativo de sustentabilidade representou uma “paralaxe” das prescrições recomendadas pelo Relato Integrado.

Esta tese contribuiu ao corpo de pesquisa que investiga criticamente o discurso de sustentabilidade no IR de várias maneiras. Primeiro, esta tese visou a

problematizar o discurso e desafiar tais constituições, abrindo o debate em torno do “significado” de sustentabilidade nos IR empresas estatais e privada inseridas no contexto brasileiro. A pesquisa avaliou o papel dos IRs na criação e na manutenção da legitimidade organizacional. A análise do discurso como método foi pouco utilizada em estudo de relatórios organizacionais, em particular na área da contabilidade.

Em segundo lugar, esta tese adicionou aos estudos discursivos sobre o IR de Zappettini e Unerman (2016) e Busco et al. (2018). Esta pesquisa, juntamente com os trabalhos citados, demonstrou o valor de uma abordagem discursiva no estudo sobre o IR. Ao adotar uma abordagem analítica do discurso, a constituição de fenômenos nos IRs pode ser examinada juntamente com uma análise das relações de políticas e poder. Por meio da análise do discurso, buscou-se entender a sustentabilidade nos IRs no contexto organizacional e abrir o debate para vozes que foram silenciadas e criar um espaço no qual construções alternativas podem ser concebíveis.

Em terceiro lugar, o IR é algo novo no Brasil, em especial no setor público. Sendo assim, esta tese contribuiu à academia ao investigar o impacto da implantação do IR em questões de sustentabilidade, especialmente nas estatais federais brasileiras. Ressalta-se que essa temática ainda não foi objeto de estudo em pesquisas nacionais. Ademais, esta tese mostrou que à medida que o IR é adotado pelas organizações, podem ser colonizados por discursos dominantes de sustentabilidade financeira. Consequentemente, a forma como a sustentabilidade é representada nos IRs tem consequências políticas, éticas e econômicas. Tal fato, deve ser considerado pelos órgãos envolvidos no processo de adoção do IR no Brasil e pelas empresas adotantes.

REFERÊNCIAS

- Bebbington, J., & Larrinaga, C. (2014). Accounting and sustainable development: An exploration. *Accounting, Organizations and Society*, 39(6), 395-413.
<https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.01.003>
- Bommel, K. V. (2014). "Towards a legitimate compromise?: An exploration of Integrated Reporting in the Netherlands." *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 27(7): 1157-1189.

- Brown, J., & Dillard, J. (2014). Integrated reporting: On the need for broadening out and opening up. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1120–1156.
- Busco, C., Giovannoni, E., Granà, F., & Izzo, M. F. (2018). Making sustainability meaningful: aspirations, discourses and reporting practices. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(8), 2218–2246.
- Carvalho, L. N. & Kassai, J. R. (2014). Relato Integrado – a nova revolução contábil. *Revista FIPECAFI*, 21- 34.
- Cohen, S., Demeritt, D., Robinson, J., & Rothman, D. (1998). Climate change and sustainable development: towards dialogue. *Global Environmental Change*, 8(4), 341-371.
- Flower, J. (2015). The international integrated reporting council: a story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1-17.
- Frame, B., & O'Connor, M. (2011). Integrating valuation and deliberation: the purposes of sustainability assessment. *Environmental science & policy*, 14(1), 1-10.
- Gibassier, D., Rodrigue, M., & Arjaliès, D. L. (2018). “Integrated reporting is like God: no one has met Him, but everybody talks about Him” The power of myths in the adoption of management innovations. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(5), 1349-1380.
- Higgins, C., Stubbs, W., & Love, T. (2014). Walking the talk (s): Organisational narratives of integrated reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1090-1119. DOI: 10.1108 / AAAJ-04-2013-1303
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013). *A estrutura internacional para Relato Integrado*. Recuperado de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>.
- Jacobs, M. (1999) Sustainable development as a contested concept. In *Fairness and Futurity: Essays on Environmental Sustainability and Social Justice*, A Dobson (ed.). Oxford University Press: Oxford; 21– 45.
- Joseph, G. (2012). Ambiguous but tethered: An accounting basis for sustainability reporting. *Critical perspectives on Accounting*. 23(2): 93-106.
- Kassai, J. R., & Carvalho, N. (2016). Integrated Reporting: When, Why and How Did It Happen?. In *Integrated Reporting* (p. 109-116). Palgrave Macmillan, London.
- Kassai, J. R., Carvalho, L. N., & Kassai, J. R. S. (2019). Relato Integrado e Sustentabilidade. São Paulo: Editora Atlas/GEN.

- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. London: Verso Trade.
- Lozano, R., & Huisingh, D. (2011). Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *Journal of cleaner production*, 19(2-3), 99-107.
- Milne, M. J., and Gray, R. (2013). "W (h)ither ecology? The triple bottom line, the global reporting initiative, and corporate sustainability reporting." *Journal of business ethics* 118.1 (2013): 13-29.
- Onn, A. H., & Woodley, A. (2014). A discourse analysis on how the sustainability agenda is defined within the mining industry. *Journal of Cleaner Production*, 84-116-127. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.03.086>.
- Thompson, I. (2015). "But does sustainability need capitalism or an integrated report" a commentary on "The International Integrated Reporting Council: A story of failure" by Flower, J. *Critical Perspectives on Accounting*, 27:18–22. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.003>.
- Tregidga, H., Milne, M. J., & Kearins, K. (2018). Ramping up resistance: Corporate sustainable development and academic research. *Business & Society*, 57(2), 292-334. <https://doi.org/10.1177/0007650315611459>
- Tribunal de Contas da União (TCU) (2019). Relatório de gestão: Guia para elaboração na forma de relatório integrado - Segunda edição. Recuperado de <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/relatorio-de-gestao-guia-para-elaboracao-na-forma-de-relatorio-integrado-segunda-edicao-A81881E6E79824C016E8FD6651B7F94.htm>.
- World Commission on Environment and Development-WCED. (1987). World Commission on Environment and Development: our common future, 17, 1-91.
- Vizeu, F., Meneghetti, F. K., & Seifert, R. E. (2012). Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Cadernos Ebape*, 10(3), 569-583.
- Zappettini, F., & Unerman, J. (2016). 'Mixing' and 'Bending': the recontextualisation of discourses of sustainability in integrated reporting. *Discourse and Communication*, 10(5), 521–542. <https://doi.org/10.1177/1750481316659175>.

2 O DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE E A PESQUISA ACADÊMICA SOBRE RELATO INTEGRADO (IR) NO SETOR PÚBLICO: UMA NOTA PÓS-ESTRUTURALISTA

RESUMO

Com base na teoria do discurso de Laclau e Mouffe e na expectativa de ampliar o entendimento da sustentabilidade corporativa para que as vozes acadêmicas possam oferecer uma crítica contínua e novas alternativas para este discurso, estabeleceu-se como objetivo, deste artigo, analisar a construção do discurso de sustentabilidade nos resultados de pesquisas sobre os Relatos Integrados (IRs) de empresas do setor público. As pesquisas publicadas, que analisaram os IRs destas organizações, foram examinadas para considerar como o discurso hegemônico estava construído nos 18 artigos científicos, selecionados/identificados na base de dados *Scopus* com os termos “*integrated reporting*”, “*state-owned*” e “*public sector*”. Os estudos foram classificados quanto as suas metodologias e a forma de apropriação do discurso em torno do ponto nodal sustentabilidade. Os resultados revelaram que o discurso de sustentabilidade presente nas pesquisas revisadas estava relacionado ao desenvolvimento econômico, à estratégia e ao “*business-case*”. Em suma, os achados sugerem que a adoção ao IR, por empresas do setor público, não modificou o discurso hegemônico de sustentabilidade financeira, mas o reforçou. Faz-se necessário que os pesquisadores acadêmicos ampliem a investigação dos relatórios, a partir de novos enfoques além do aqui apresentado, análises críticas e pesquisas normativas que objetivem propor adaptações ao IR nas instituições públicas, e até propor outros *frameworks*.

Palavras-Chave: Discurso. Relato Integrado. Sustentabilidade. Setor público. Hegemonia.

ABSTRACT

Based on the theory of Laclau and Mouffe discourse and on the expectation of broadening the understanding of corporate sustainability so that academic voices can offer continuous criticism and new alternatives for this discourse, the objective of this article was to analyze the construction of the sustainability discourse in the results of research on the Integrated Reports (IR) of public sector companies. The published research, which analyzed the IR of these organizations, was examined to consider how the hegemonic discourse was built on the 18 scientific articles, selected/ identified in the *Scopus* database with the terms “*integrated reporting*”, “*state-owned*” and “*public sector*”. The studies were classified according to their methodologies and the form of appropriation of the speech around the nodal point of sustainability. The results revealed that the sustainability discourse present in the reviewed surveys was related to economic development, strategy and the “*business-case*”. In sum, the findings suggest that the IR, adoption by public sector companies did not change the hegemonic discourse of financial sustainability, but reinforced it. It is necessary for academic researchers to expand the investigation of reports, based on new approaches in addition to the one presented here, critical analysis and normative research aimed at proposing adaptations to IR in public institutions, and even proposing other frameworks.

Keywords: Discourse. Integrated Reporting. Sustainability. Public sector. Hegemony.

2.1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o desenvolvimento sustentável, bem como a noção complexa pela qual as questões sociais e ambientais devem ser tratadas, seja a nível político, pessoal ou organizacional, tem sido crescente na literatura contábil (Gray, 2010). No entanto, o conceito de sustentabilidade e, os seus determinantes sociais, ambientais e económicos têm sido frequentemente interpretados de diferentes maneiras (Drexhage & Murphy, 2010) e geralmente analisados de forma isolada (Bebbington & Gray, 2001; Gray, 2010).

Para Gray (2010), sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não são conceitos “estáticos”. O termo “sustentável” deriva do termo “sustentar” (Michaelis, 2020). Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) afirmam que essa concepção surge em razão do processo de degradação económica, fragilidade política e destruição da natureza como tentativa de amenizar a gémen do sistema de produção capitalista: exploração, destruição e alienação. Embora “sustentar” tenha uma miríade de significados, a lógica capitalista foi rápida na tentativa de limitar o escopo de significação, limitando a definição como uma forma de crescimento económico (Voss, Carter, & Salotti, 2017).

As múltiplas interpretações da sustentabilidade e a necessidade de regulá-la por meio de diferentes *frameworks* e iniciativas (tais como: *Global Reporting Initiative* - GRI, *Sustainability Accounting Standards Board* – SASB), deram origem a novas interpretações ontológicas e epistemológicas do conceito, permitindo uma acomodação das ações por parte das empresas (Gray, 2010). Esses *frameworks* variam em termos de escopo, especificação, questões abordadas e metodologia (Busco, Giovannoni, Graná, & Izzo, 2018).

A natureza multidimensional dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade de integrar o desempenho financeiro e não financeiro no mesmo relatório foram enfatizadas pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) em seu *Framework* Internacional do Relato Integrados (IIRF), emitido em 2013 (Busco et al., 2018). O objetivo do Relato Integrado (IR) é fornecer informações sobre desempenho financeiro e não financeiro e sua influência no processo de criação de

valor das organizações em um único documento (*International Integrated Reporting Council – IIRC*, 2013).

Embora o IR tenha como objetivo mobilizar as informações corporativas, facilitando o envolvimento e o ativismo dos *stakeholders* da organização, críticas surgiram ao IR (Busco, Frigo, Paolo, & Angelo, 2013; Milne & Gray, 2013; Brown & Dillard, 2014; Flower, 2015; Thompson, 2015; Humphrey, O'Dwyer, & Unerman, 2017).

Para Humphrey et al. (2017), há pouca indicação nos materiais fornecidos pelo IIRC sobre como e por que o IR atende às necessidades da sustentabilidade. Brown e Dillard (2014) criticam o IIRF, pois, defende as lentes da maximização da riqueza dos acionistas, enfatizando as oportunidades de ganho mútuo ao aproximar a sustentabilidade nas organizações. Além disso, Flower (2015) critica a maneira pela qual os objetivos originais do IIRC, em apoiar o desenvolvimento sustentável, foram abandonados e substituídos pelo conceito de criação de valor na versão final do *framework*.

Para Gray (2010), está cada vez mais claro na literatura que, pouco ou nada é realmente reportado sobre sustentabilidade nos relatórios corporativos. Para Tregidga et al. (2018), as pesquisas em contabilidade passaram de uma preocupação normativa do que deveria ser uma organização sustentável, seu significado e como poderia ser alcançada essa sustentabilidade; para uma análise positiva do que é uma organização sustentável, suas práticas e se é viável ser sustentável.

Surgem questionamentos concernentes a como os discursos sobre sustentabilidade se tornaram significativos por meio da adoção do IR e as contradições inerentes entre o crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e os limites ecológicos. Nesse contexto, buscou-se discutir a seguinte questão de pesquisa: Como se constrói o discurso de sustentabilidade nos Relatos Integrados de empresas do setor público? Assim, este estudo teve o objetivo de analisar a construção do discurso de sustentabilidade nos resultados de pesquisas sobre os IRs de empresas do setor público. O método de pesquisa consistiu em uma revisão da literatura combinada com teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985). A pesquisa foi delimitada aos artigos publicados em periódicos internacionais, porque não se identificou literatura sobre este tema nos nacionais.

Os resultados demonstram que, no discurso corporativo em torno do ponto nodal sustentabilidade, nos estudos revisados, são feitas referências a sustentar a economia, o meio ambiente e a sociedade. No entanto, o que essas dimensões realmente representam não está claro.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Sustentabilidade: uma perspectiva discursiva

Embora tenha uma história muito mais longa, o desenvolvimento sustentável ganhou atenção por meio do Relatório Brundtland (*World Commission on Environment and Development* – WCED, 1987) e uma questão importante na agenda corporativa (Tregidga et al., 2018). O relatório foi amplamente reconhecido por profissionais e acadêmicos como o primeiro documento oficial que popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável e posicionou-o como um tópico de importância nacional e global, com foco na reconciliação das necessidades das gerações presentes e futuras (Granà, 2018). O Relatório Brundtland definiu desenvolvimento sustentável como “desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 43).

Este conceito apresenta dois aspectos principais: necessidades e limites (WCED, 1987). O conceito de necessidades, em particular, as necessidades essenciais dos pobres do mundo, às quais deve ser dada prioridade; e a ideia de limitações impostas pelo estado da tecnologia e organização social à capacidade do ambiente de atender às necessidades presentes e futuras (WCED, 1987). Apesar deste esforço significativo para debater como os problemas ambientais, o desenvolvimento social e a viabilidade econômica de longo prazo estão ligados ao conceito de sustentabilidade, porém parece que ainda não há consenso sobre o que realmente significa sustentabilidade (Granà, 2018).

No discurso corporativo, normalmente é a primeira parte do conceito que fornece uma definição para a sustentabilidade (Byrch, Kearins, Milne, & Morgan, 2007), levando a uma representação limitada e particular de necessidades (especialmente equidade intergeracional) e limites (Tregidga et al., 2018). Em virtude

dessa lógica, a racionalidade predominante sobre o desenvolvimento sustentável ampara-se em uma epistemologia baseada em um pragmatismo de foco utilitarista, ou seja, a sustentabilidade apresenta-se como um discurso necessário e útil na medida em que legitima as práticas das empresas e dos “intelectuais” que servem aos interesses das elites econômicas vinculadas ao sistema de capital (Vizeu, Meneghetti, & Seifert, 2012)

A construção dominante de sustentabilidade foi proposta por Elkington (1997) em seu livro *Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business*, com o objetivo de equilibrar questões econômicas, sociais e ambientais nos relatórios organizacionais (Granà, 2018). A abordagem do *Triple Bottom Line* (TBL) visava a orientar as organizações para alcançar um equilíbrio entre questões econômicas, ambientais e sociais (Elkington, 1997). O TBL procura explicar a lucratividade financeira juntamente com os impactos sociais e ecológicos de uma organização (Zappettini & Unerman, 2016). Assim, por meio da TBL, as organizações são incentivadas a adicionar duas linhas de fundo, além da medida comum do lucro corporativo para medir seu impacto social e ambiental (Granà, 2018). Contudo, a ambiguidade permaneceu, pois, como cada uma das três dimensões e as interações entre elas são entendidas, tem-se conceituações muito diferentes (Tregidga et al., 2018).

A heurística do TBL de Elkington (1997) baseou-se, também, na possibilidade de uma ação comercial responsável ser boa para a sociedade, boa para os negócios e para o meio ambiente (Milne, Kearins, & Walton, 2006). Para Gray (2010), existe uma infinidade de potenciais estados de sustentabilidade que podem parecer um exercício de imaginação, mas uma imaginação baseada em um conjunto de decisões sobre: o que deve ser sustentado; por quanto tempo; e em que condição? Comumente essas diferentes conceituações de sustentabilidade, e a maneira pela qual os três elementos (econômico, social e ambiental) estão constituídos, os rotulam como “fracos” ou “fortes” (Tregidga et al., 2018). Os rótulos de sustentabilidade fraco e forte podem ser vistos como duas extremidades opostas de um *continuum*, sendo o equilíbrio dos *trade-offs* que definiu a diferença entre as conceituações (Tregidga, 2007).

A sustentabilidade “fraca” não questiona o modelo atual de desenvolvimento econômico, e a visualiza como sendo compatível com os “negócios como de

costume” (Hopwood, Mellor, & O’Brien, 2005; Stiglitz, Sen, & Fitoussi, 2009). A concepção fraca decorre de premissas de substituíbilidade do capital, da eficiência de Pareto e do princípio da remuneração em que níveis mais baixos de capital natural podem ser substituídos com sucesso por níveis mais altos de capital manufaturado ou financeiro e ganhos agregados de bem-estar podem compensar eficientemente perdas individuais de bem-estar (Tregidga et al., 2018). Para Dresner (2002), a sustentabilidade fraca permite que o capital humano substitua o capital natural mas a sustentabilidade forte não.

A visão forte de sustentabilidade rejeita amplamente essas suposições, sustentando que existem capitais naturais que são críticos, que não podem e não devem ser esgotados (Tregidga et al., 2018). Na conceituação forte, os três elementos (economia, sociedade e meio ambiente) não são entidades separadas, mas a sociedade é um subconjunto do meio ambiente e a economia é um subconjunto da sociedade e do meio ambiente (Tregidga, 2007). A posição forte da sustentabilidade aponta que o capital humano e a inovação tecnológica não podem substituir uma infinidade de processos vitais à existência humana a exemplo de proteção da biodiversidade, mudanças climáticas ou gestão da água (Bebbington, 2000). A visão forte reconhece explicitamente a presença de limites sociais e ambientais ao desenvolvimento econômico e à necessidade de sua determinação moral (Tregidga et al., 2018).

A avaliação da sustentabilidade em relação ao *continuum* fraco/forte contribuiu para o entendimento descritivo do envolvimento das empresas com o conceito (Tregidga et al., 2018). No entanto, essas representações têm sido criticadas por considerar a sustentabilidade como compartimentalizada, sem destacar como as dimensões ambiental, social e econômica se afetam, limitando o conceito a um momento e ignorando sua dinâmica ao longo do tempo (Stiglitz et al., 2009). Consequentemente, desconsidera a possibilidade de outras construções específicas e, principalmente para aqueles com uma agenda crítica de mudanças, como construções alternativas poderiam ser possíveis (Tregidga et al., 2018). Para Gray (2010), a interação entre a infinidade de estados potenciais da sustentabilidade e a gama de estratégias epistemológicas que podem ser adotadas, tem como consequência que não há claramente nenhuma “sustentabilidade” que possa ser conhecida e contabilizada.

2.2.2 Framework do Relato Integrado (IR)

O IIRC foi fundado por iniciativa de duas organizações líderes no campo da contabilidade para a sustentabilidade: *The Prince's Accounting for Sustainability Project* (A4S) e a *Global Reporting Initiative* (GRI). A criação do IIRC está relacionada ao discurso proferido pelo Príncipe de Gales, em dezembro de 2009, no qual pedia a criação desse órgão (Flower, 2015). O IIRC é formado por uma coalizão global de reguladores, investidores, empresas, *standard setters*, profissionais contábeis e organizações não governamentais (ONGs) (IIRC, 2013). Para o IIRC, o pensamento integrado e o IR atuaram como uma força de estabilidade financeira e sustentabilidade (IIRC, 2013). Embora o IR teve como objetivo principal informar aos provedores de capital financeiro como uma organização cria valor ao longo do tempo, ele pode beneficiar os demais *stakeholders* (tais como, funcionários, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, comunidades locais, legisladores, reguladores e formuladores de políticas) (IIRC, 2013).

Os IRs reúnem informações materiais sobre a estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma organização, de maneira a refletir o contexto comercial, social e ambiental em que opera (Flower, 2015). As organizações podem reportar seu uso ou impacto em seis categorias de capitais: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural. Assim, o IR visa a destacar os *trade-offs* entre os seis capitais e mostrar como os negócios criam valor ao longo do tempo. O objetivo do IR é identificar riscos, oportunidades e resultados que afetam a capacidade da organização de criar valor (IIRC, 2013). Além disso, a sustentabilidade do empreendimento deve ser prevista, destacando os planos para manter e aprimorar os seis principais capitais que contribuem na criação de valor (Kassai & Carvalho, 2016).

Os princípios básicos que sustentam a preparação do IR e disciplinam o conteúdo e a forma de apresentação incluem foco estratégico e perspectiva, conectividade de informações, relacionamento com *stakeholders*, materialidade, confiabilidade e completude, coerência e comparabilidade (Tribunal de contas da União – TCU, 2019). Os elementos de conteúdo tratam da organização e o ambiente externo, modelo de negócios, riscos e oportunidades, estratégias e alocação de

recursos, desempenho, perspectivas, bases para preparação, apresentação e orientação geral (Kassai & Carvalho, 2016).

O ponto crucial consiste no significado atribuído à palavra “valor”; possíveis interpretações alternativas são “valor para a sociedade” (que é consistente com a contabilidade social e ambiental), “valor para as partes interessadas” (que é consistente com a teoria das partes interessadas da empresa) e “valor para as gerações presentes e futuras” (que é consistente com a sustentabilidade) (Flower, 2015). Para Thompson (2015), o IR pode silenciar os elementos radicais da sustentabilidade e potencialmente reformular práticas corporativas insustentáveis como sustentáveis.

Para Brown & Dillard (2014), no IR questões distributivas foram enquadradas principalmente em termos das perspectivas de custos/benefícios acumulados à empresa e a seus acionistas. Pouca atenção foi dada às distribuições de riqueza e risco para outros, por exemplo, níveis salariais, pagamentos de impostos e todas as classes sociais (Brown & Dillard, 2014). Os autores enfatizaram que, não há problemas com a ideia de que as relações entre *stakeholders* e a empresa possa ser mutuamente benéfica, ou que investimentos sociais e ambientais possam ter valor financeiro. Por meio de processos internos aprimorados, o IR pode ajudar as organizações a identificar ganhos de eficiência ecológica, como custos de energia reduzidos ou processos de produção mais limpos (Brown & Dillard, 2014). No entanto, para Brown e Dillard (2014), o IIRC não reconhece ou explora os limites das perspectivas de “*business-case*”.

Para Zappettini e Unerman (2016), os discursos de sustentabilidade foram “misturados”, “incorporados” e “inclinados” a proposições financeiras e macroeconômicas para legitimar a organização no mercado. Para os autores, os processos retóricos envolvidos na construção do IR estavam apoiadas pelo uso de *topos* de crescimento, desempenho e valor, que se encaixam fortemente em discursos semelhantes introduzidos e promovidos pelo IIRC. A reformulação dos significados de sustentabilidade no IR permitiu uma ressemiotização dos discursos de sustentabilidade, que tende a validar lógicas financeiras e econômicas e a fechar temas ambientais e sociais (Zappettini & Unerman, 2016).

Para Busco et al. (2018), em vez de preencher a sustentabilidade com significado estável, os gestores foram atraídos pelas lacunas deixadas pelas

representações contábeis, levando ao desenvolvimento de novas práticas e desdobramentos de significados em espaços discursivos específicos. Para os autores, o IR contribuiu para a sustentabilidade, permitindo que os indivíduos conectem suas diversas experiências e aspirações ao conceito de sustentabilidade. Dessa forma, o IR pode ser utilizado para acionar as aspirações e as intenções dos gestores em um processo contínuo de questionamento sobre o que é sustentabilidade (Busco et al., 2018).

2.2.3 Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe

A teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985) promoveu uma compreensão do social por meio do discurso (Tregidga et al., 2018). Assim, o discurso é uma prática social significativa de natureza material (Mendonça, 2007). Para Laclau e Mouffe (1985), o discurso resulta de palavras e ações sendo resultado da articulação entre elementos linguísticos e extra linguísticos (Lopes & Mendonça, 2015). O discurso envolve a fixação de significado em domínios particulares e a exclusão de outros possíveis significados (Laclau & Mouffe, 1985).

Laclau e Mouffe (1985) modificam o conceito de hegemonia de Gramsci (1971) para denotar a estruturação de significados por meio de práticas discursivas (Martin, 2002). A hegemonia representa o momento em que um conteúdo particular assume, em um contexto precário e contingente, a função de representar uma plenitude ausente (Lopes & Mendonça, 2015). Assim, a hegemonia é alcançada com o deslocamento de modos alternativos de argumentação e formas de atividade, marginalizando diferentes discursos e naturalizando o próprio discurso (Tregidga et al., 2018).

A hegemonia é uma prática de articulação discursiva, em que a articulação é definida como qualquer prática que estabeleça relações entre elementos, resultando na modificação da identidade (Laclau & Mouffe, 1985). A prática articulatória, por sua vez, consiste na articulação de elementos em um sistema discursivo em torno de um ponto nodal, que fixa parcialmente os sentidos desse sistema (Laclau & Mouffe, 1985). Essa fixação de significados é necessariamente parcial, tendo em vista as constantes suturas que o discurso sofre na relação com outros discursos concorrentes (Mendonça, 2007).

A partir de um discurso centralizador, um ponto nodal consegue fixar sua significação e, a partir disso, articular elementos que previamente não estavam articulados entre si (Mendonça, 2007). Os pontos nodais são significantes privilegiados em um discurso que une um sistema particular de significado ou cadeia de significação (Howarth & Stavrakakis, 2000). Tal fixação é sempre parcial, precária e contingente, ou seja, nada pode garantir que determinado discurso consiga articular outros discursos (Mendonça, 2007).

Howarth & Stavrakakis (2000) observaram que a articulação de um discurso só pode ocorrer em torno de um significante vazio que funciona como um ponto nodal sendo que o vazio é uma qualidade essencial desse ponto. Um significante vazio é, no sentido estrito, um significante sem significado, e permite uma multiplicidade de articulações com significados sem que nenhum deles se estabilize como sentido unívoco (Rodrigues & Mendonça, 2008). A relação pela qual um conteúdo particular passa a ser o significante da plenitude comunitária ausente é chamada de relação hegemônica (Rodrigues & Mendonça, 2008).

A possibilidade de ação de qualquer identidade deve ser entendida em sentido relacional: uma identidade busca impor suas vontades na concorrência de outras, visando, universalizar seus conteúdos particulares (Mendonça, 2007). Para Laclau (1996), o universal emerge do particular, não como um princípio subjacente que explica o particular, mas como um horizonte incompleto que sutura uma identidade particular deslocada. Como tal, o universal é uma forma de significante vazio capaz de unificar uma série de demandas equivalentes (Tregidga et al., 2018). A hegemonia ocorre somente se a dicotomia universalidade/particularidade estiver suspensa; sendo que a universalidade existe representando e subvertendo algum objetivo particular e nenhuma particularidade pode existir sem se tornar o *locus* de efeitos universalizantes (Butler, Laclau, & Žižek, 2000).

2.3 METODOLOGIA

Esta pesquisa bibliográfica teve caráter exploratório e descritivo, estruturada com a finalidade de identificar e avaliar os resultados de estudos sobre a temática de interesse. A revisão de literatura foi desenvolvida por meio dos recursos avançados de busca da base de dados *Scopus*. A triagem dos artigos satisfaz a critérios específicos de pesquisa para encontrar a literatura-alvo: i) Os termos “*integrated*

report” e (“*state-owned*” ou “*public sector*”) no título, resumo ou palavras-chave; ii) Não houve restrição de data; iii) Lançado como artigos ou “*review*”.

A população deste estudo foi levantada no mês de outubro de 2019 e, posteriormente, atualizada em março de 2020. A base de dados da *Scopus* identificou 21 publicações que atenderam os critérios de busca. Após a leitura do resumo, foram excluídas três pesquisas que não se encaixavam na temática deste estudo, constituindo-se a amostra final em 18 artigos. Ressalta-se que não foram localizadas produções nacionais sobre o tema. Os artigos foram classificados conforme seus aspectos metodológicos e índice de citação do *Google Scholar*. Para os índices de citação utilizou-se do *software Publish or Perish 7*.

Para a análise discursiva dos estudos empíricos revisados, utilizou-se da Teoria do Discurso de Laclau & Mouffe (1985). Realizou-se a leitura completa dos artigos e a identificação dos artigos empíricos que em sua análise/resultados continham menção à sustentabilidade corporativa.

Como ponto nodal, a sustentabilidade une e sedimenta vários discursos e a forma como ela é constituída consiste em uma tentativa de dominar o campo da discursividade (Laclau & Mouffe, 1985). O discurso de sustentabilidade empresarial presente nos artigos revisados foram interpretados e categorizados, conforme proposto por Tregidga et al. (2018). A Tabela 2-1 mostra as categorias de análise do discurso de sustentabilidade.

TABELA 2-1. CATEGORIAS DE ANÁLISE DO DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE

Categorias	Exemplo
Construção/explicação	<i>Triple bottom line</i> com a priorização da dimensão econômica.
Extratos ilustrativos de relatórios analisados em publicações	“Na Stora Enso acreditamos que o sucesso financeiro a longo prazo é o elemento-chave da sustentabilidade para os negócios. Excelente desempenho socioambiental não prolongará a vida de uma empresa economicamente insustentável” (Stora Enso, Relatório de Sustentabilidade, 2005, p. 4 <i>apud</i> Laine, 2010, p. 265).
Efeito potencial	Destaca questões econômicas de progresso, desenvolvimento e crescimento (Laine, 2005; Makela & Laine, 2011). Racionalização do lucro (Laine, 2005, 2010; Livesey, 2002a; Milne et al., 2009).
Pressupostos incorporados	Desenvolvimento sustentável requer rentabilidade corporativa.

Fonte: Dados extraídos de Tregidga et al. (2018).

A definição de sustentabilidade do Relatório *Brundtland* (WCED, 1987) constitui, nos termos de Laclau e Mouffe (1985), uma prática articulatória. A definição articula o desenvolvimento sustentável de maneira que a identidade do

conceito seja modificada como resultado da articulação (Tregidga et al., 2018). No entanto, embora parcialmente fixe o significado, continua a ser uma representação universal que une uma série de informações, mas não possui nenhum conteúdo necessário (Laclau, 1992). A articulação de *Brundtland* pode ser tomada como ponto de partida para examinarmos como as organizações trouxeram significado ao conceito; isto é, como eles tentaram consertar o conteúdo do conceito por meio de lutas pela hegemonia do discurso de sustentabilidade (Tregidga et al., 2018).

É importante destacar que os estudos revisados estão sujeitos a múltiplas camadas de interpretação e construção social. O pesquisador e o pesquisado estão intimamente entrelaçados. Assim, ao reconhecer como o conceito de sustentabilidade nos IRs foi parcialmente preenchido com conteúdo e seus efeitos, tanto os atores dos negócios, quanto os acadêmicos estão envolvidos neste processo de representação da sustentabilidade. Assim, consciente ou inconscientemente, crítica ou acriticamente, as ações, narrativas e retórica ideológica promulgadas pelos atores de negócios são (re)interpretadas por acadêmicos e depois (re)interpretadas por outros pesquisadores. Os pesquisadores da sustentabilidade corporativa nos IRs, conscientes disso ou não, ajudam a reforçar ou desafiar à tentativa dos negócios de fixar o conteúdo ao conceito de sustentabilidade.

2.4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os estudos sobre o IR no setor público ainda estão em fase embrionária (Dumay, Bernardi, Guthrie, & Demartini, 2016). O primeiro artigo filtrado, com base na metodologia adotada, é de 2011, e titulado como “*Public sector accountability for cultural assets: An integrated reporting approach*”, de Wild (2011), um ano após a criação do IIRC. Os estudos mais recentes são Marasca, Montanini, D'Andrea e Cerioni (2020) e Nicolo, Zanellato, Manes-Rossi e Tiron-Tudor (2020). A Tabela 2-2 apresenta as características dos estudos publicados no período de 2010 a março de 2020.

Os reflexos da quantidade de artigos publicados podem ser justificados com base na evolução do processo de implantação do IR conduzido pelo IIRC, desde sua criação em 2010. De 2010 a 2015, as publicações têm abordagem predominante qualitativa e teórica. Os artigos empíricos publicados, neste período, se referem ao

contexto da África do Sul. De fato, a África do Sul foi o primeiro país a propor as diretrizes de IR em 2009, emitindo o “*King Report on Corporate Governance*”, conhecido como *King III* (*Institute of Directors Southern Africa – IoDSA*, 2009). Em 2019, há um crescimento de publicações sobre a temática, que pode ser justificada pelo lançamento do guia de implementação do IR no setor público “*Integrated thinking and reporting. Focusing on value creation in the public sector*” publicado pelo IIRC e CIPFA (2016), e a criação Rede de Pioneiros do Setor Público pelo IIRC (2016). Mais de 50% de todas as publicações que atendem aos critérios de pesquisa foram publicadas nos últimos três anos e este aumento de publicações sobre a temática pode ser justificada pelo aumento de empresas do setor público que divulgaram o IR.

TABELA 2-2. LISTA DOS ARTIGOS DA AMOSTRA

(Continua)

N.	Autor(es)	Título	Abordagem	G.I.	C.A.
1	Wild (2011)	Public sector accountability for cultural assets: An integrated reporting approach	Qualitativo empírico	02	0,22
2	Samkin (2012)	Changes in sustainability reporting by an African defence contractor: A longitudinal analysis	Qualitativo empírico	45	5,63
3	Macnab (2015)	Debate: Would outcome costing and integrated reporting link resources to strategy in the public sector?	Qualitativo teórico	03	0,6
4	Cohen & Karatzimas (2015)	Tracing the future of reporting in the public sector: introducing integrated popular reporting	Qualitativo teórico	48	9,6
5	Dabbicco (2015)	The boundary of the public sector in national accounts versus IPSAS	Qualitativo teórico	08	1,6
6	Veltri & Silvestri (2015)	The Free State University integrated reporting: A critical consideration	Qualitativo empírico	68	13,8
7	Guthrie, Manes-Rossi, & Orelli (2017)	Integrated reporting and integrated thinking in Italian public sector organizations	Qualitativo empírico	81	27
8	Biondi & Bracci (2018)	Sustainability, popular and integrated reporting in the public sector: A fad and fashion perspective	Qualitativo teórico	16	8
9	Montecalvo, Farneti, & De Villiers (2018)	The potential of integrated reporting to enhance sustainability reporting in the public sector	Qualitativo empírico	23	11,5
10	Farneti, Casonato, Montecalvo, & De Villiers (2019)	The influence of integrated reporting and stakeholder information needs on the disclosure of social information in a state-owned enterprise	Qualitativo empírico	07	7
11	Argento, Grossi, Persson, & Vingren (2019)	Sustainability disclosures of hybrid organizations: Swedish state-owned enterprises	Quantitativo	02	2
12	Nistor, Stefanescu, Oprisor, & Crisan (2019)	Approaching public sector transparency through an integrated reporting benchmark	Quantitativo	01	1

TABELA 2-2. LISTA DOS ARTIGOS DA AMOSTRA

N.	Autor(es)	Título	Abordagem	(Conclusão)	
				G.I.	C.A.
13	Cavicchi, Oppi, & Vagnoni (2019)	On the feasibility of integrated reporting in healthcare: a context analysis starting from a management commentary	Qualitativo empírico	01	1
14	Montesinos & Brusca (2019)	Non-financial reporting in the public sector: Alternatives, trends and opportunities	Qualitativo teórico	07	1
15	Caruana & Grech (2019)	Tweaking public sector reporting with integrated reporting (IR) concepts	Qualitativo empírico	1	1
16	Tirado-Valencia, Cordobés-Madueño, Ruiz-Lozano, & De Vicente-Lama (2019)	Integrated thinking in the reporting of public sector enterprises: a proposal of contents	Quantitativo	01	1
17	Nicolo et al. (2020)	Corporate reporting metamorphosis: empirical findings from state-owned enterprises	Quantitativo	00	0
18	Marasca et al. (2020)	The how and why of integrated reporting in a public health care organization: The stakeholders' perspective	Qualitativo empírico	00	0

Dentre os estudos analisados, destaca-se pelo número de citações o trabalho de Guthrie et al. (2017) que analisaram como mecanismos internos de mudança podem levar as organizações a adotar o IR e a buscar o pensamento integrado. Os autores investigaram cinco organizações do setor público italiano, por meio de documentos oficiais, *press releases* e entrevistas semiestruturadas com os gestores. Os achados da pesquisa revelaram que o IR está mais próximo da estratégia e da criação de valor, de forma que a adoção ao *framework* do IR levou ao pensamento integrado nas empresas pesquisadas (Guthrie et al., 2017).

Na sequência, realizou-se uma análise discursiva dos estudos revisados sobre o IR no setor público, em torno do ponto nodal “sustentabilidade”. Laclau e Mouffe (1985) apontam que, uma maneira de alcançar a hegemonia é definir o espaço discursivo de maneira que o faça substituindo um conceito vazio por outro. Essa substituição é evidenciada no discurso corporativo sobre sustentabilidade nos IR das pesquisas revisadas, em que o significado permanece vazio, mas encapsula muitos outros detalhes e racionaliza a primazia da economia.

A Tabela 2-3 identifica as construções do discurso de sustentabilidade nos estudos empíricos pesquisados com base em citações do IR das organizações pesquisadas nestes artigos. Pela análise de cada uma dessas construções e dos resultados obtidos, foram identificados os efeitos potenciais, bem como as

premissas embutidas nas construções sobre sustentabilidade. Os aspectos-chave desta análise são apresentados na Tabela 2-3.

Os discursos de sustentabilidade (Tabela 2-3) podem ser vistos como articulações que contêm duas características aparentemente contraditórias: certeza e imprecisão. As construções do conceito de sustentabilidade analisadas, tem um elemento de certeza. As declarações são apresentadas como “verdadeiras” e as empresas se posicionam como conhecedoras do que é sustentabilidade, e como ela pode ser alcançada com a prática do negócio. A presença de certeza de que a adoção ao IR amplia a visão de sustentabilidade é essencial ao potencial hegemônico do discurso e à capacidade de fixar parcialmente o significado em torno do ponto nodal. No entanto, Montecalvo et al. (2018) alertam que no discurso corporativo de sustentabilidade analisado por eles “não abrangem todos os aspectos da sustentabilidade, em especial a equidade intergeracional. A adoção do IR foi, neste caso, em grande parte impulsionada pelo isomorfismo normativo” (Montecalvo et al., 2018, p. 14-15).

Assim, as tentativas das organizações de preencher com significado de sustentabilidade em seus IRs podem ser consideradas como uma tentativa de obter (ou manter) o controle hegemônico do espaço discursivo. Ao mesmo tempo, os resultados revelam que o discurso corporativo da sustentabilidade também é vago. A imprecisão do termo é reconhecida por vários autores (Montecalvo, 2018; Samkin, 2012):

De 2009 a 2011, o aumento do uso do termo pela administração na preparação dos relatórios garantiu um *cluster* ou tema de “sustentabilidade” em cada período do relatório. No entanto, o estudo constatou que **os conceitos que compõem o *cluster* ou tema “sustentabilidade” mudavam anualmente**. Esta constatação não deve ser inesperada, pois é consistente com as dificuldades que a gerência da Denel parecia ter ao relatar problemas de sustentabilidade (Samkin, 2012, p. 160, grifo nosso).

A sustentabilidade nos IRs evidenciados nas pesquisas acadêmicas analisadas surgem como algo geral, mas basicamente positivo e importante. Consiste em uma ideia que deve ser seguida e parece haver benefícios para a empresa ligada ao setor público adotar e aplicar consistentemente os princípios do IR em suas atividades (Montesinos & Brusca, 2019; Guthrie et al., 2017; Farneti et al., 2019). Para Montesinos e Brusca (2019), o IR pode ser implementado no setor público com mínimas adaptações derivadas das características específicas dessas entidades. Ainda assim, o conceito de sustentabilidade nos IRs permanece vago

(Samkim, 2012; Biondi & Bracci, 2018; Montecalvo et al., 2018). A questão fundamental de “o que deve ser sustentado” permanece em grande parte sem resposta. No discurso corporativo em torno do ponto nodal sustentabilidade, são elaboradas referências a sustentar a economia, o meio ambiente e a sociedade. No entanto, o que essas dimensões realmente consistem, não está claro, e se representam apenas uma referência à sustentação do desempenho financeiro da organização.

TABELA 2-3. CATEGORIAS DE ANÁLISE DO DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE DAS PESQUISAS EMPÍRICAS REVISADAS

Construção/explicação	Extratos dos IRs analisados pelas pesquisas acadêmicas	Efeito potencial	Suposições incorporadas
Sustentabilidade com priorização da questão econômica	“isso não representa uma atividade central do hospital e há algumas dificuldades em traduzir a sustentabilidade em termos operacionais” (AD-LHA in Cavichi et al., 2019, 361).	A sustentabilidade é relacionada principalmente a metas financeiras, em vez de metas sociais e ambientais.	Sustentabilidade não é uma questão relevante
Sustentabilidade como sinônimo de adoção ao IR	“Queríamos construir além do GRI... Havia... interesse em... contar uma história mais ampla, porque temos [muitas] partes interessadas e nós... foram [não] atendê-los no nosso melhor. Então [IR] parecia atraente. Fomos convidados a participar... o Programa Piloto, e foi aí que começou” (AA in Montecalvo et al., 2018, p. 12).	O IR está se tornando uma norma aceita para os relatórios de sustentabilidade	O <i>framework</i> do IR abrange questões de sustentabilidade.
Sustentabilidade integrada a estratégia empresarial	“Decidimos impulsionar a sustentabilidade dentro de nossa organização. O relatório integrado exige... uma opinião sobre sustentabilidade, estratégia, materialidade e o uso de novas ferramentas e métricas para levar em conta todos esses aspectos. É a maneira mais rápida de definir sustentabilidade” (Gerente de Sustentabilidade A in Guthrie et al., 2017, p. 12).	A adoção ao IR pode impulsionar a mudança organizacional para integrar a sustentabilidade à atividade principal da organização	Sustentabilidade é compatível com o “business-case”
Sustentabilidade com priorização da dimensão econômica	Procurar constantemente reduzir o impacto ambiental das operações da NZ Post, quando isso for comercialmente viável. Redução de emissão de carbono, eficiência energética e redução de resíduos e reciclagem são áreas-chave para esta empresa, e continuaremos a estabelecer metas específicas no negócio, com fornecedores e clientes (Relatório Anual, 2017, p. 34 in Farnetti et al., 2019, p. 14).	A empresa vincula claramente questões de sustentabilidade a viabilidade financeira.	O IR considera a criação de valor ao investidor em primeiro lugar. Demais <i>stakeholders</i> ficam em segundo lugar.
Sustentabilidade como um conceito indefinido	“o monitoramento e a comunicação de questões de sustentabilidade é uma disciplina em evolução dentro do grupo, e estão sendo tomadas ações para formalizar a estratégia, estruturas de governança, políticas e processos de comunicação da empresa” (Denel (Pty) Limited, 2009, p. 61 in Samkin, 2012, p. 160).	Dificuldade dos gestores em relatar questões de sustentabilidade.	Dependendo da ênfase da empresa, o conceito de sustentabilidade pode ser definido de formas diferentes.

Para Tregidga et al. (2018) sustentabilidade é universal, pois é capaz de unir uma gama de identidades particulares, mas não possui nenhum conteúdo necessário. Os resultados dessa pesquisa revelam que, ao fechar a sustentabilidade em torno de enquadramentos de *business-case*, conforme evidenciado na Tabela 2-3, os IRs ignoram e obscurecem a possibilidade de (re)imaginar os IRs por caminhos mais pluralistas (Brown & Dillard, 2014). Para Argento et al. (2019) devido à natureza híbrida das empresas estatais (SOEs), eles devem comunicar informações de sustentabilidade a diversos *stakeholders* com diferentes interesses. No entanto, os resultados de Argento et al. (2019) revelam que:

Primeiro, **a propriedade do Estado afeta negativamente o relatório de sustentabilidade dos SOEs**; em outras palavras, como a porcentagem de propriedade do Estado aumenta, a divulgação de informações de sustentabilidade diminui. Em segundo lugar, o tamanho de um SOE tem uma relação positiva com suas divulgações de sustentabilidade (Argento et al., 2019, p. 524, grifo nosso).

Neste sentido, Biondi & Bracci (2018) alertam que inovações, como o IR, têm muito em comum com os *frameworks* anteriores e que há o risco de criar apenas novos rótulos, sem inovação real ou melhoria da responsabilidade pública. Além disso, há também o risco de que uma ferramenta de reporte unitária seja tão ampla em alcance e conteúdo que derrota seu próprio propósito de ser fácil de ler e acessível a não especialistas (Biondi & Bracci, 2018). Caruana & Grech (2019) não recomendam a introdução completa dos requisitos de IR no setor público, pois as consequências podem ser avassaladoras e dispendiosas. Para eles, seria mais sensato conhecer o *framework* do IR e extrair dele apenas o que é considerado relevante. Os autores destacam que o IR foi criticado por se concentrar nas necessidades dos investidores e não na responsabilidade e na sustentabilidade (Caruana & Grech, 2019).

Tirado-Valencia et al. (2019, p. 14) relatam que:

[...] os processos internos devem ser melhor coordenados e que há necessidade de maior envolvimento dos gestores com aspectos não financeiros. Além disso, as informações devem ser mais interconectadas. Isso melhoraria **a percepção que os cidadãos têm da sustentabilidade futura dos entes públicos**.

Cohen e Karatzimas (2015) se concentram nas necessidades de informação dos cidadãos, um grupo de *stakeholders* do setor público cujas necessidades de informação parecem ser tratadas em um nível subótimo sob o *status quo* existente.

Os autores propõem os “Relatórios Populares Integrados – IPR” a partir da sintetização de elementos de relatórios populares e do IR.

A construção da sustentabilidade no contexto corporativo, e em especial no IR, é resultado de um processo político no qual os aspectos da sustentabilidade não são apenas marginalizados e excluídos, mas também são ativamente promovidos no discurso corporativo. No entanto, é a constatação de que existem alternativas, antagonismos e outras possibilidades, que mantêm vivo o potencial de combater tentativas de fechamento discursivo e hegemonia (Tregidga et al., 2018). Neste sentido, existe a necessidade de pesquisas acadêmicas com o intuito de debater o mérito do IR no setor público como uma iniciativa de mudança que contribui para a sustentabilidade.

Para futuras pesquisas sobre o discurso de sustentabilidade nos IRs, existe a necessidade de: i) “vigilância e conscientização” (Tregidga et al., 2018, p. 317) ao conduzir estudos empíricos sobre o IR e as ações e desempenho relacionados a sustentabilidade; ii) “análises críticas e reflexivas” (Tregidga et al., 2018, p. 317) dos IR, em especial no contexto social e ecológico mais amplo em que operam; iii) “ampliar e abrir” (Brown & Dillard, 2014, p. 1120) o conceito de sustentabilidade inserido no *framework* do IR, ao fornecer alternativas/adaptações de relatos.

Em primeiro lugar, é preciso que a pesquisa envolvida na crítica à sustentabilidade nos IRs em empresas do setor público entendam sua natureza discursiva e permaneçam vigilante com seu caráter político. Ao reproduzir ingenuamente, rearticular e, de fato, reificar o discurso corporativo, os pesquisadores correm o risco de legitimar e consolidar ainda mais as relações sociais de subordinação e exploração (Tregidga et al., 2018). Esta percepção está presente em trabalhos recentes do discurso de sustentabilidade nos IRs (Zappettini & Unerman, 2016; Busco et al., 2018).

Busco et al. (2018) enfatizam que futuras pesquisas devem explorar os mecanismos para tornar a sustentabilidade significativa nas organizações, em vez de tentar preencher a “sustentabilidade” com significados estáveis. Em especial, os autores fazem uma chamada por novos estudos sobre os espaços discursivos da sustentabilidade em diferentes níveis, concentrando-se no micro-contexto da organização e, em particular, nos espaços oferecidos por projetos específicos de implantação do IR.

Em segundo lugar, existe a necessidade de análises críticas e reflexivas, por exemplo, há oportunidades de pesquisas acadêmicas criarem discursos alternativos ou legitimarem o discurso produzido pelas empresas no IR. Um corpo crescente desses últimos, oriundo da literatura contábil e de relatórios, tais como, Brown & Dillard (2014), Flower (2015) e Thompson (2015). Análises críticas e reflexivas também poderiam ser realizadas por meio da colaboração. Realizar parcerias com outras áreas e disciplinas (inclusive fora da contabilidade) traria conhecimento útil e possíveis oportunidades de analisar do discurso corporativo de sustentabilidade.

Ademais, para que a resistência por meio de pesquisa acadêmicas se mostre eficaz, ela deve ir além da vigilância, conscientização e crítica contextual e retórica: ela também deve articular novas alternativas, novos quadros de referência para imaginar uma nova ordem, uma maneira diferente de organizar, novas maneiras de pensar e decidir e, em alguns casos, isso pode significar retornar a ideias anteriormente expressas, mas negligenciadas. Nesse sentido, Atkins, Atkins, Thomson e Maroun (2015) sugerem que, em vez de realizar pesquisas tradicionais baseadas em paradigmas de finanças, são necessárias “explorações” normativas de mecanismos alternativos de prestação de contas e governança.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizou-se, neste artigo, a construção do discurso de sustentabilidade nos resultados de pesquisas sobre os IRs de empresas do setor público. No geral, os discursos de sustentabilidade presentes nos estudos revisados foram incorporados a proposições financeiras para se adequar a narrativas organizacionais e validar as atividades das organizações e retratar a organização como um agente confiável aos olhos do público externo e enfatizar a criação de valor, conforme preconizado por Zappettini e Unerman (2016) e Tregidga et al. (2018). Nesse sentido, pode-se afirmar que há indícios que o IR no setor público foi colonizado por estruturas e sistemas financeiros e operacionais hegemônicos. No entanto, em nível gerencial destacou-se o potencial libertador e emancipatório do IR no setor público, conforme constatado por Guthrie et al. (2017), Montesinos e Brusca (2019) e Farneti et al., (2019).

É importante salientar que não há soluções simples para os desafios da avaliação e do engajamento da sustentabilidade, principalmente por causa de sua

natureza política e carregada de valor (Brown & Dillard, 2014). Existe a necessidade de engajamento acadêmico na investigação sobre aspectos de sustentabilidade nos IR, particularmente em relação ao discurso hegemônico no contexto corporativo. A sustentabilidade é um discurso político, e os acadêmicos são, juntamente com outros, atores políticos de forma a desempenhar um importante papel na construção de um discurso externo.

Futuras pesquisas engajadas podem buscar entender e constituir resistência ao discurso hegemônico de sustentabilidade financeira, ao abordar: Como o IR como prática inovadora pode contribuir para a sustentabilidade? Como outros pontos nodais do discurso podem ser usados ao formular seus discursos de sustentabilidade nos IRs? Pesquisas normativas devem examinar mecanismos alternativos de prestação de contas e governança e/ou propor adaptações do IR no setor público. Além disso, são necessárias pesquisas futuras para compreender os espaços discursivos da sustentabilidade em diferentes níveis, em particular, nos espaços oferecidos por projetos específicos na implantação do IR no setor público. Verifica-se que, ainda há pouca evidência empírica das consequências do IR no discurso de sustentabilidade corporativo. Essas são as áreas em que mais pesquisas são necessárias, e que se envolvam criticamente e ofereçam alternativas e possíveis soluções.

Uma melhor compreensão e apreciação das complexidades, dificuldades e sensibilidades dos IRs no setor público possibilitarão que acadêmicos e profissionais desenvolvam essa prática de maneira a apoiar um futuro econômico, ecológico e social sustentável. Assim, a pesquisa acadêmica deve não apenas construir conhecimento sobre o discurso hegemônico de sustentabilidade, mas também deve “ampliar e abrir” (Brown & Dillard, 2014). As contribuições deste estudo consistem na metodologia que se aplica a aspectos importantes da pesquisa sobre o discurso de sustentabilidade no IR do setor público no que tange às reflexões sobre como a pesquisa sobre a temática pode avançar. As principais lacunas ainda permanecem, uma vez que as pesquisas ainda estão em fase inicial de desenvolvimento.

Este estudo possui limitações relacionadas ao método de pesquisa aplicado, em particular, no que diz respeito ao processo de busca e escolha dos filtros para se chegar à amostra de artigos analisados, uma vez que se excluiu pesquisas importantes nessa área do conhecimento. A amostra foi restrita à base de dados *Scopus*, nas quais pesquisas brasileiras com a temática não foram encontradas na

referida base de dados no portal da Capes. Além disso, a análise e interpretação dos resultados e argumentos tiveram base nas observações subjetivas, conhecimento e experiência dos autores. Outros pesquisadores, usando os mesmos dados, poderão apresentar diferentes interpretações e conclusões.

REFERÊNCIAS

- Argento, D., Grossi, G., Persson, K., & Vingren, T. (2019). Sustainability disclosures of hybrid organizations: Swedish state-owned enterprises. *Meditari Accountancy Research*.
- Atkins, J., Atkins, B. C., Thomson, I., & Maroun, W. (2015). “Good” news from nowhere: Imagining utopian sustainable accounting. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 28(5), 651–670.
- Bebbington, J. (2000). Sustainable development: a review of the international development, business and accounting literature. *Univ of Aberdeen Acct, Finance & Mgmt Working Paper No. 00-17*.
- Bebbington, J., & Gray, R. (2001). An account of sustainability: failure, success and a reconceptualization. *Critical perspectives on accounting*, 12(5), 557-587.
- Biondi, L., & Bracci, E. (2018). Sustainability, popular and integrated reporting in the public sector: A fad and fashion perspective. *Sustainability (Switzerland)*, 10(9).
- Bommel, K. V. (2014). Towards a legitimate compromise? an exploration of integrated reporting in the Netherlands. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1157–1189. <http://dx.doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1309>
- Brown, J., & Dillard, J. (2014). Integrated reporting: On the need for broadening out and opening up. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1120–1156.
- Busco, C., Frigo, M. L., Paolo, Q., & Angelo, R. (2013). Redefining corporate accountability through integrated reporting: What happens when values and value creation meet?.
- Busco, C., Giovannoni, E., Granà, F., & Izzo, M. F. (2018). Making sustainability meaningful: aspirations, discourses and reporting practices. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(8), 2218–2246.
- Butler, J., Laclau, E., Žižek, S., & Zizek, S. (2000). Contingency, hegemony, universality: Contemporary dialogues on the left. Verso.
- Byrch, C., Kearins, K., Milne, M., & Morgan, R. (2007). Sustainable “what”? A cognitive approach to understanding sustainable development. *Qualitative Research in Accounting & Management*.

- Caruana, J., & Grech, I. (2019). Tweaking public sector reporting with integrated reporting (IR) concepts. *Public Money & Management*, 39(6), 409-417.
- Cavicchi, C., Oppi, C., & Vagnoni, E. (2019). On the feasibility of integrated reporting in healthcare: a context analysis starting from a management commentary. *Journal of Management and Governance*, 23(2), 345-371.
- Cohen, S., & Karatzimas, S. (2015). Tracing the future of reporting in the public sector: introducing integrated popular reporting. *International Journal of Public Sector Management*, 28 (6), 449-460.
- Dabbicco, G. (2015). The impact of accrual-based public accounting harmonization on EU macroeconomic surveillance and governments' policy decision-making. *International Journal of Public Administration*, 38(4), 253-267.
- Dresner, S. (2002). The principles of sustainability. London: Earthscan.
- Drexhage, J., & Murphy, D. (2010). Sustainable development: from Brundtland to Rio 2012. *United Nations Headquarters, New York, 2010*, 9-13.
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: a structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3):166-185
- Elkington, J. (1997). Cannibals with Forks: the TBL of the 21st Century Business. *Capstone, Oxford*.
- Farneti, F., Casonato, F., Montecalvo, M., & De Villiers, C. J. (2019). The influence of integrated reporting and stakeholder information needs on the disclosure of social information in a state-owned enterprise.
- Flower, J. (2015). The international integrated reporting council: a story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1-17.
- Gramsci, A. (1971). Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci. London, England: Lawrence & Wishart.
- Granà, F. (2018). Representing sustainability within organizations: the role of accounting and reporting practices. (*Doctor of Philosophy, National University of Ireland*).
- Gray, R. (2010). Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability... and how would we know? An exploration of narratives of organisations and the planet. *Accounting, organizations and society*, 35(1), 47-62.
- Guthrie, J., Manes-Rossi, F., & Orelli, R. L. (2017). Integrated reporting and integrated thinking in Italian public sector organisations. *Meditari Accountancy Research*.

- Hopwood, B., Mellor, M., & O'Brien, G. (2005). Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable development*, 13(1), 38-52.
- Howarth, D., & Stavrakakis, Y. (2000). Introducing discourse theory and political analysis. In D. Howarth, A. Norval, & Y. Stavrakakis (Eds.), *Discourse theory and political analysis: Identities, hegemonies, and social change* (pp. 1-23). Manchester, UK: Manchester University.
- Humphrey, C., O'Dwyer, B., & Unerman, J. (2017). Re-theorizing the configuration of organizational fields: the IIRC and the pursuit of 'Enlightened' corporate reporting. *Accounting and Business Research*, 47(1), 30-63.
- Institute of Directors Southern Africa (IoDSA). (2009). *King Report on Governance for South Africa*; Recuperado de <<http://african.ipapercms.dk/IOD/KINGIII/kingiiiireport/>>.
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013). *A estrutura internacional para Relato Integrado*. Recuperado de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>.
- International Integrated Reporting Council (IIRC) (2016). Introducing the Public Sector Pioneer Network Recuperado de <<https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2014/07/Public-Sector-Pioneer-Network-flyer.pdf>>.
- International Integrated Reporting Council (IIRC) & Chartered Institute of Public Finance and Accounting (CIPFA). (2016), "Focusing on value creation in the public sector", Recuperado de <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2016/09/Focusing-on-value-creation-in-the-public-sector_vFINAL.pdf>.
- Kassai, J. R., & Carvalho, N. (2016). Integrated Reporting: When, Why and How Did It Happen?. In *Integrated Reporting* (p. 109-116). Palgrave Macmillan, London.
- Laclau, E. (1992). Universalism, particularism, and the question of identity. *October*, 61, 83-90.
- Laclau, E. (1996). Por qué los significantes vacíos son importantes para la política?». *Buenos Aires*, 69-86.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985). Hegemony and state socialism: towards a radical democratic politics.
- Laine, M. (2005). Meanings of the term 'sustainable development' in Finnish corporate disclosures. In *Accounting Forum* 29(4):395-413). Taylor & Francis.
- Laine, M. (2010). Towards sustaining the status quo: Business talk of sustainability in Finnish corporate disclosures 1987–2005. *European Accounting Review*, 19(2), 247-274.

- Lopes, A. C., & de Mendonça, D. (Eds.). (2015). *A teoria do discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas*. Annablume.
- Macnab, A. (2015). Debate: Would outcome costing and integrated reporting link resources to strategy in the public sector?. *Public Money & Management*, 35(6), 399-400.
- Makela, H., & Laine, M. (2011). A CEO with many messages: Comparing the ideological representations provided by different corporate reports. In *Accounting Forum* (Vol. 35, No. 4, pp. 217-231). Taylor & Francis.
- Marasca, S., Montanini, L., D'Andrea, A., & Cerioni, E. (2020). The how and why of integrated reporting in a public health care organization: The stakeholders' perspective. *Business Strategy and the Environment*, 29(4), 1714-1722.
- Martin, J. (2002). The political logic of discourse: a neo-Gramscian view. *History of European Ideas*, 28(1-2), 21-31.
- Mendonça, D. (2007). A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, 43(3), 249-258.
- Michaelis, D. D. L. P. (2020). Dicionário online Uol. Editora Melhoramentos.
- Milne, M. J., and Gray, R. (2013). "W (h)ither ecology? The triple bottom line, the global reporting initiative, and corporate sustainability reporting." *Journal of business ethics* 118.1 (2013): 13-29.
- Milne, M. J., Kearins, K., and Walton, S. (2006). Creating adventures in wonderland: The journey metaphor and environmental sustainability. *Organization*, 13(6), 801-839.
- Montecalvo, M., Farneti, F., & De Villiers, C. (2018). The potential of integrated reporting to enhance sustainability reporting in the public sector. *Public Money & Management*, 38(5), 365-374.
- Montesinos, V., & Brusca, I. (2019). Non-financial reporting in the public sector: alternatives, trends and opportunities. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 22(2), 122-128.
- Nicolo, G., Zanellato, G., Manes-Rossi, F., & Tiron-Tudor, A. (2020). Corporate reporting metamorphosis: empirical findings from state-owned enterprises. *Public Money & Management*, 1-10.
- Nistor, C. S., Stefanescu, C. A., Oprisor, T., & Crisan, A. R. (2019). Approaching public sector transparency through an integrated reporting benchmark. *Journal of Financial Reporting and Accounting*.
- Rodrigues, L. P., and Mendonça, D. 2008. *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdIPUCRS.

- Samkin, G. (2012). Changes in sustainability reporting by an African defence contractor: a longitudinal analysis. *Meditari Accountancy Research*.
- Stiglitz, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2009). Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress.
- Thompson, I. (2015). "But does sustainability need capitalism or an integrated report" a commentary on "The International Integrated Reporting Council: A story of failure" by Flower, J. *Critical Perspectives on Accounting*, 27:18–22. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.003>.
- Tirado-Valencia, P., Cordobés-Madueño, M., Ruiz-Lozano, M., & De Vicente-Lama, M. (2019). Integrated thinking in the reporting of public sector enterprises: a proposal of contents. *Meditari Accountancy Research*.
- Tregidga, H. (2007). *Power and politics of organisational sustainable development: an analysis of organisational reporting discourse* (Doctoral dissertation, University of Otago).
- Tregidga, H., Milne, M. J., & Kearins, K. (2018). Ramping up resistance: Corporate sustainable development and academic research. *Business & Society*, 57(2), 292-334. <https://doi.org/10.1177/0007650315611459>
- Tribunal de Contas da União (TCU) (2019). Relatório de gestão: Guia para elaboração na forma de relatório integrado - Segunda edição. Recuperado de <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/relatorio-de-gestao-guia-para-elaboracao-na-forma-de-relatorio-integrado-segunda-edicao-A81881E6E79824C016E8FD6651B7F94.htm>.
- Veltri, S., & Silvestri, A. (2015). The Free State University integrated reporting: a critical consideration. *Journal of Intellectual Capital*, 16(2), 443-462.
- Vizeu, F., Meneghetti, F. K., & Seifert, R. E. (2012). Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Cadernos Ebape*, 10(3), 569-583.
- Voss, B. L., Carter, D. B., & Salotti, B. M. (2017). Hegemonies, Politics, and the Brazilian Academy in Social and Environmental Accounting: A Post-Structural Note', *Advances in Environmental Accounting & Management: Social and Environmental Accounting in Brazil*.
- Wild, S. (2011). Public sector accountability for cultural assets: An integrated reporting approach. *International Journal of Environmental, Cultural, Economic and Social Sustainability*, 7(5), 379-390.
- World Commission on Environment and Development-WCED. (1987). *World Commission on Environment and Development: our common future*, 17, 1-91.
- Zappettini, F., & Unerman, J. (2016). 'Mixing' and 'Bending': the recontextualisation of discourses of sustainability in integrated reporting. *Discourse and Communication*, 10(5), 521–542. <https://doi.org/10.1177/1750481316659175>

3 TORNANDO-SE SUSTENTÁVEL? A HEGEMONIA DO DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE NO RELATO INTEGRADO (IR) DAS ESTATAIS FEDERAIS BRASILEIRAS

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar como as estatais federais brasileiras se representam em relação a sustentabilidade nos relatos integrados e os efeitos dessa representação, no período de 2013 a 2018. Este período captura o desenvolvimento do Relato Integrado (IR) pelas estatais federais brasileiras Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Eletrobras. A Teoria do discurso de Laclau e Mouffe direcionou a análise e a interpretação dos resultados da pesquisa. Os achados da pesquisa revelaram quatro identidades distintas em torno do ponto nodal “organizações sustentáveis”: organizações financeiramente sustentáveis, promotoras do desenvolvimento sustentável, estrategicamente sustentáveis e socioambientalmente sustentáveis. Os resultados mostraram que o conceito de sustentabilidade nos IRs das estatais pesquisadas foi construído como “interesse próprio esclarecido” e falha em se envolver na discussão em torno das tensões entre sustentabilidade e crescimento econômico. No entanto, como o conceito de sustentabilidade é ambíguo e nunca pode ser totalmente corrigido, é necessária reapresentação contínua da identidade pelas estatais pesquisadas. Isso cria uma forma de ambiguidade estratégica, que permite sua rearticulação à medida que os tempos e os contextos mudam, para manter a legitimidade após a operação Lava Jato.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Discurso. Relato integrado. Setor público. Hegemônia.

ABSTRACT

This article aimed at analyzing how the Brazilian federal state companies represent themselves in relation to sustainability in the integrated reports and the effects of this representation, in the period from 2013 to 2018. This period captures the development of the Integrated Report (IR) by the Brazilian federal state companies Petrobras, National Bank for Economic and Social Development (BNDES), Bank of Brasil and Eletrobrás. Laclau and Mouffe's theory of discourse guided the analysis and interpretation of the research results. The research findings revealed four distinct identities around the nodal point “sustainable organizations”: financially sustainable organizations, promoters of sustainable development, strategically sustainable and socio-environmentally sustainable. The results showed that the concept of sustainability in the IR of the researched state-owned companies was built as “enlightened self-interest” and fails to get involved in the discussion around the tensions between sustainability and economic growth. However, as the concept of sustainability is ambiguous and can never be completely corrected, it is necessary to continuous restatement the identity of the researched state-owned companies. This creates a form of strategic ambiguity, which allows it to be re-

articulated as times and contexts change, to maintain legitimacy after the Lava Jato operation.

Keywords: Sustainability, Discourse, Integrated Report, Public Sector, Hegemony

3.1 INTRODUÇÃO

Desde a publicação do Relatório *Brundtland*, comissionado pelas Nações Unidas (ONU), em 1987, o termo “desenvolvimento sustentável” se estabeleceu como um discurso mundialmente significativo e uma questão importante na agenda corporativa (Tregidga, Milne, & Kearins, 2018). O Relatório Brundtland define desenvolvimento sustentável como “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (*World Commission on Environment and Development* –WCED, 1987, p. 43). Contudo, no olhar do discurso comercial, apenas a primeira parte da frase fornece uma definição de sustentabilidade, levando a uma representação limitada e particular dos conceitos de necessidades e limites (Byrch, Kearins, Milne, & Morgan, 2007). Assim, a natureza aberta do conceito de sustentabilidade permitiu que uma ampla coalizão se unisse sob sua retórica, enquanto as implicações de sua aplicação permaneceram contestadas (Bebbington & Larrinaga, 2014).

Nesse sentido, a proposta do *Framework* Internacional do Relato Integrado (*International Integrated Report Council* – IIRC, 2013) é uma tentativa, dentre várias outras de órgãos profissionais e redes de negócios, em se envolver com questões de sustentabilidade (Brown & Dillard, 2014). O IR é um processo de comunicação conciso sobre a estratégia, governança, desempenho e perspectivas da organização, no contexto de suas relações externas, que levam à criação de valor em curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013). Surgiu como uma prática de relato organizacional em que as organizações divulgam sobre o seu desempenho financeiro e seus impactos sociais e ambientais em um único documento (Kassai, Carvalho, & Kassai, 2019).

Os estudos sobre o discurso de sustentabilidade nos IRs estão em fase inicial (Zappettini & Unerman, 2016; Busco, Giovannoni, Graná, & Izzo, 2018). No entanto, estudos críticos examinaram a adoção do IR, como uma resposta

“cerimonial” à luz das crescentes pressões do mercado e da sociedade (Higgins, Stubbs, & Love, 2014; Bommel, 2014; Milne & Gray 2013). Já outros estudos descrevem o IR como uma “moda temporária” adotada pelas empresas para fins de legitimidade (Brown & Dillard, 2014; Thomson, 2015; Zappettini & Unerman, 2016) e outros revelam o papel “aspiracional” da adoção do IR (Busco et al., 2018).

Flower (2015) revela que o IIRC abandonou o projeto de sustentabilidade previsto inicialmente em seu “*Discussion Paper*” e não permite nenhuma redistribuição substantiva de poder. Brown e Dillard (2014) afirmam que o IR fornece uma abordagem muito limitada e unilateral sobre questões de sustentabilidade, e continua sendo uma abordagem ideologicamente fechada, com maior probabilidade de reforçar, em vez de incentivar, uma reflexão crítica sobre as práticas “comerciais usuais”. Para Thompson (2015), o IR privilegia uma programática neoliberal e incorpora elementos de sustentabilidade alinhados com os princípios subjacentes do Capitalismo.

Zappettini e Unerman (2016) destacam que ao adotarem o IR, as organizações representam a si mesmas como financeiramente, economicamente e comercialmente sustentáveis, com foco apenas em decisões que salvaguardem o interesse de um número mais amplo de acionistas, recontextualizando questões de sustentabilidade para o crescimento a longo prazo e rentabilidade. Busco et al. (2018) relatam que, em vez de preencher a sustentabilidade com significado estável, os indivíduos são atraídos pelas lacunas deixadas pelas representações contábeis, levando ao desenvolvimento de novas práticas e ao desdobramento de significados em espaços discursivos.

Com base em pesquisas anteriores que utilizaram a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985) para investigar o discurso de sustentabilidade (Spence, 2007; Tregidga, 2007; Tregidga, Milne, & Kearins, 2014; Tregidga et al., 2018), buscou-se responder a seguinte questão de pesquisa: Como as estatais federais brasileiras se representam como sustentáveis para seus *stakeholders* por meio da prática do IR e os efeitos dessa representação ao longo do tempo? Assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar como as estatais federais brasileiras se representam em relação a sustentabilidade nos IRs e os efeitos dessa representação no período de 2013 a 2018.

Por este olhar, a sustentabilidade nos IRs constitui, nos termos de Laclau e Mouffe (1985), uma prática articulatória. Embora, o significado de sustentabilidade

esteja parcialmente fixo, ele continua a ser uma representação universal que une uma série de informações, mas não possui necessariamente nenhum conteúdo (Laclau & Mouffe, 1985). Dessa forma, o conceito de sustentabilidade pode significar coisas diferentes, dependendo do grupo ou indivíduo que traz significado ao conceito (Tregidga et al., 2014).

Em especial, aceito o apelo de Higgins et al. (2014), Tregidga et al. (2014), Tregidga et al. (2018) e Busco et al. (2018) por mais estudos críticos do discurso da sustentabilidade, e até que ponto a retórica e os significantes vazios de sustentabilidade, oferece uma oportunidade para mudanças reais nas atividades organizacionais. Além disso, as pesquisas sobre o IR no setor público estão em fase inicial (Dumay, Bernardi, Guthrie, & Demartini, 2016; Guthrie, Manes-Rossi, & Orelli, 2017) e não foram encontradas pesquisas brasileiras com a temática.

Ademais, este estudo revela como as estatais federais brasileiras posicionaram seu discurso organizacional sobre sustentabilidade nos IRs e como a identidade discursiva construída e em constante mudança trabalha para manter a legitimidade, poder e influência em debates sobre questões econômicas, sociais e ambientais no cenário brasileiro conturbado, especialmente pela operação Lava Jato.

3.2 REFERENCIAL TEÓRICO

3.2.1 O discurso de sustentabilidade no Relato Integrado (IR)

Desde a publicação do Relatório *Brundtland*, comissionado pelas Nações Unidas (ONU), em 1987, a sustentabilidade ganhou força nos discursos corporativos (Zappetinni & Unerman, 2016). O relatório identificou o desenvolvimento sustentável como uma solução para as crescentes preocupações com a degradação ambiental e os efeitos do consumo (Tregidga et al., 2014). Após este relatório, instituições e órgãos internacionais tentaram especificar o significado de sustentabilidade e dimensionar seus principais componentes (Drexhage & Murphy, 2010; Busco et al., 2018). Para Lélé (1991), o desenvolvimento sustentável leva à confusão sobre o que deve ser sustentado: o ambiente natural ou a economia. É apresentada como racionalidade absoluta, mas na realidade tem pouca sustentação por servir a qualquer momento, em qualquer situação dentro da lógica espacial e temporal

estática e imutável. Assim, a ambiguidade conceitual e a consequente contestação sobre o verdadeiro significado do termo são inevitáveis, tornando-o um conceito político (Connelly, 2007).

Para Tregidga et al. (2018), a natureza da sustentabilidade como um significativo vazio tornou-a “universal”, aberta a múltiplas interpretações, sujeita ao exercício de poder de diferentes grupos de interesses. Tendo como consequência, uma “construção hegemônica” do conceito de sustentabilidade no contexto dos relatórios organizacionais (Tregidga et al., 2018). Spence (2007) afirma que os elementos da sustentabilidade são apresentados pelas empresas como congruente com o “*business-as-usual*”, ou seja, é bom para os negócios e para o meio-ambiente. A construção organizacional da sustentabilidade “acomoda” as organizações e os seus atuais sistemas (Tregidga, Kearins, & Milne, 2013). Assim, se a ambiguidade do conceito não for considerada, os esforços pela sustentabilidade ficam vulneráveis à manipulação e à adaptação da abordagem “*business-case*”, baseada em metas estreitas de rentabilidade corporativa (Joseph, 2012).

Ao longo dos últimos anos, o Relato Integrado (IR) emergiu como uma nova prática de relatório, pela qual as organizações divulgam informações sobre o seu desempenho e os impactos sociais e ambientais são incorporados com aspectos econômicos e financeiros em um único documento (Zappettinni & Unerman, 2016). O IR consiste em um processo de comunicação sobre o processo de criação de valor ao longo do tempo, que fornece *insights* sobre os recursos e relacionamentos utilizados ou afetados pela organização e a interação entre a empresa e seu ambiente externo (IIRC, 2013). A adoção do IR implica em uma série de alterações internas destinadas à elaboração do relato, que serão utilizadas no processo de tomada de decisões (Guthrie et al., 2017).

Neste olhar, o IR pode ser considerado uma prática híbrida de contabilidade e sustentabilidade, que se baseia nos pontos fortes da contabilidade, tais como, relevância, materialidade, confiabilidade, comparabilidade e garantia, para traduzir o discurso de sustentabilidade em uma “linguagem” compreensível para os gestores organizacionais (Thompson, 2015). A comunicação integrada consiste na consideração ativa das relações entre as várias unidades operacionais e funcionais e os capitais que a organização usa ou afeta (IIRC, 2013). Dessa forma, o IR se constitui em um texto híbrido que reúne diferentes práticas discursivas, por meio de relatórios financeiros, sociais e ambientais, com diferentes funções e objetivos, e

proporciona um palco para diferentes “palestrantes” e “ouvintes” (Zappettini & Unerman, 2016).

Brown e Dillard (2014) afirmam que a ampliação dos capitais no IR é abordada a partir de perspectivas estreitas de “*bussiness-case*” de relatórios sociais, ambientais e sustentabilidade. Os IRs não atendem às necessidades de tomada de decisão e prestação de contas dos *stakeholders*, como consumidores, funcionários, fornecedores, comunidades locais, organizações não governamentais (ONGs), sindicatos, movimentos sociais, governos, comunidades indígenas, países em desenvolvimento e gerações futuras. Para os autores, as propostas exibem um forte viés dos investidores, sem nenhuma tentativa de abrir uma discussão substantiva sobre questões importantes relacionadas à responsabilidade ou à sustentabilidade corporativa.

Para Bommel (2014), a principal preocupação das empresas ao adotar o IR é obter legitimidade, por meio do seu alinhamento estratégico com os valores da sociedade. Assim, as empresas têm um “contrato social” com a sociedade em geral e procuram estrategicamente alcançar o “ajuste” entre seu sistema de valores e o da sociedade (Deegan & Blomquist, 2007), ou tentam gerenciar uma mistura de valores e demandas com as dos *stakeholders*. O autor sustenta que o IR não tem um comprometimento “legítimo” entre questões financeiras e de sustentabilidade, e entre múltiplos interesses, mantendo a ambiguidade sobre a sustentabilidade, ao invés de reduzi-la.

Flower (2015) revela que o IIRC abandonou o projeto de sustentabilidade previsto inicialmente em seu “*Discussion Paper*”. A razão para este fracasso pode ser atribuída à divisão do IIRC entre os idealistas (defensores da contabilidade social e ambiental) e os realistas (representantes da profissão contábil, preparadores e reguladores). Os realistas compõem a maioria do IIRC e garantiram a aceitação de suas propostas (Flower, 2015). Para o autor, havia uma preocupação de que o fim da teoria capitalista da empresa minasse seu poder e autoridade; e exigiria o desenvolvimento de relacionamentos com todos os interessados, trazendo incerteza e uma provável diluição de seu poder e autoridade. Além disso, o IR evidencia “valor para os outros” apenas na medida em que seja material para a capacidade da organização de criar valor para si mesma, ou seja, “valor para os investidores” (Flower, 2015).

Zappettini e Unerman (2016) afirmam que o IR se refere à sustentabilidade como um discurso construído em torno de especulações internas da organização, ao invés de orientações discursivas externas e holísticas. Os autores sugerem que ao adotarem o IR, as organizações representam “a si mesmas”, como financeiramente e economicamente sustentáveis, enfatizando ações que salvaguardem o interesse dos acionistas. Em particular, eles argumentam que o termo sustentabilidade foi apropriado, “misturado” com outros discursos, e semanticamente “dobrado” para construir a própria organização como financeiramente sustentável (Zappettini & Unerman, 2016).

No entanto, Busco et al. (2018) revelam que as práticas de relatórios corporativos fornecem condições para que a sustentabilidade se torne significativa, permitindo que os indivíduos conectem suas diversas experiências e aspirações ao conceito de sustentabilidade. Para os autores, o IR pode ser utilizado para acionar as aspirações e intenções dos gestores em um processo contínuo de questionamento sobre “o que é sustentabilidade”. Assim, em vez de preencher a sustentabilidade com significado estável, os gestores são atraídos pelas lacunas deixadas pelas representações contábeis, levando ao desenvolvimento de novas práticas e desdobramentos de significados em espaços discursivos específicos (Busco et al., 2018).

3.2.2 Teoria do discurso de Laclau e Mouffe

O conceito de hegemonia de Laclau e Mouffe (1985) e o seu tratamento para a formação de grupos e identidades fornecem o arcabouço teórico deste artigo. Uma das vantagens da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985) é a construção de uma identidade em relação ao desenvolvimento sustentável e ao caráter hegemônico dessa representação nas organizações (Tregidga et al., 2014). A teoria do discurso tem como ponto de partida a centralidade das categorias de poder e de discurso, que se desdobrarão em outras noções centrais à teoria, como pontos nodais, articulação, hegemonia e significantes vazios (Rodrigues & Mendonça, 2008).

O discurso, por sua vez, não deve ser entendido como um simples reflexo de um conjunto de textos, mas uma categoria que une palavras e ações, uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações

significativas (Rodrigues & Mendonça, 2008). Para Laclau e Mouffe (1985), a hegemonia consiste em uma prática de articulação discursiva em que a articulação é qualquer prática que estabeleça relações entre elementos, de modo que sua identidade seja modificada. A hegemonia é alcançada por meio do deslocamento de modos alternativos de argumentação e formas de atividade, marginalizando diferentes discursos e naturalizando o próprio discurso (Tregidga et al., 2018).

Dentro da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985), as identidades de grupo não são socialmente predeterminadas, mas como identidades individuais, são constituídas do discurso sendo fragmentadas, “super-codificadas” e contingentes (Tregidga et al., 2014). Desta maneira, de forma sistemática, hegemonia é uma relação em que uma identidade, em um determinado contexto histórico, de forma precária e contingente, passa a representar múltiplos elementos (Rodrigues & Mendonça, 2008). Spence (2007) observa que pessoas ou grupos sociais não têm essência real além das identidades precárias que adotam em relação ao estabelecimento de uma ordem específica. Neste sentido, para Laclau e Mouffe (1985) toda identidade vive em uma constante busca à completude, sendo que tal busca sempre ineficaz (Rodrigues & Mendonça, 2008).

Outro conceito chave para a concepção de hegemonia de Laclau e Mouffe (1985) constitui-se dos “pontos nodais”, “significantes vazios”, “universal” e “particular” (Tregidga et al., 2018). Os pontos nodais são significantes privilegiados ou pontos de referência em um discurso que une um sistema particular de significado ou cadeia de significação (Howarth & Stavrakakis, 2000). Para Laclau e Mouffe (1985) um significante vazio é, no sentido estrito, um significante sem significado (Rodrigues & Mendonça, 2008). O universal é uma forma de significante vazio, capaz de unificar uma série de demandas equivalentes (Tregidga et al., 2018). O lugar vazio do universal deve ser preenchido por uma particularidade, mas que, ao assumir essa tarefa de representar perde grande parte de sua característica particular (Rodrigues & Mendonça, 2008).

A hegemonia envolve o processo político de fixar parcialmente o significado em torno de um significante vazio que funciona como um ponto nodal (Tregidga et al., 2018). Hegemonizar algo tem a função de preenchimento (Laclau & Mouffe, 2015). De uma perspectiva discursiva, a sustentabilidade atua como um ponto nodal que une uma série de significantes (Tregidga et al., 2018). A sustentabilidade pode ser vista unindo-se a um sistema específico de significantes, tais como “economia”,

“sociedade”, “ambiente”, “futuro”, “patrimônio” e “participação” (Gladwin, Krause, & Kennelly, 1995). O significante do desenvolvimento sustentável representa um espaço discursivo importante em qualquer tentativa de hegemonizar o campo discursivo (Tregidga et al., 2018). Como ponto nodal, a sustentabilidade une e sedimenta vários discursos, e a forma como ela é constituída funciona como uma tentativa de dominar o campo da discursividade (Laclau & Mouffe, 1985).

Assim como Spence (2007), Tregidga (2007), Tregidga et al. (2014) e Tregidga et al. (2018) que se baseiam no conceito de hegemonia, este estudo considera o surgimento da sustentabilidade nos IRs das organizações uma ameaça à hegemonia do discurso financeiro de sustentabilidade. Com a necessidade de responder e acomodar a crescente conscientização pública sobre questões ambientais e sociais, a posição hegemônica dominante da organização está ameaçada (Tregidga et al., 2014). Assim, o discurso organizacional sobre desenvolvimento sustentável pode ser interpretado como uma tentativa de manter o controle hegemônico após os desafios da adoção ao *Internacional Integrated Reporting Framework* (IIRF) e o IR pode ser visto como um produto da ameaça hegemônica.

3.3 METODOLOGIA

O presente estudo utiliza da teoria crítica inspirada em Laclau e Mouffe (1985), para analisar os efeitos construtivos do discurso de sustentabilidade por meio do estudo sistemático e estruturado de textos, conforme os estudos de Tregidga (2007), Tregidga et al. (2014) e Tregidga et al. (2018). A abordagem discursiva é relevante para o objetivo deste trabalho, uma vez que vincula o conceito de hegemonia e permite a investigação da produção de “verdades” e legitimidade (Tregidga et al., 2014).

Este artigo tem como foco o estudo da construção da identidade da “organização sustentável” das estatais federais brasileiras. Phillips e Hardy (2002) relatam que a dificuldade dos analistas do discurso consiste em como identificar um corpus gerenciável e relativamente limitado de textos, útil para explorar a construção do objeto de análise. Assim, o número total de estatais no Brasil e os relatórios que elas produzem são extensos demais para representar um *corpus* de textos administrável. Desta forma, a seleção das estatais federais brasileiras estudadas foi

influenciada principalmente por três fatores: (i) publicação do IR no mínimo em dois períodos; (ii) pertencimento a diferentes setores da economia; (iii) seus ativos são representativos na economia brasileira, conforme evidenciado na Tabela 3-1.

TABELA 3-1. AMOSTRA DO ESTUDO

Estatal	Ativo	IR	Indústria
Grupo Petrobras	831,5	2013	Petróleo, gás e derivados
Grupo Eletrobrás	173,0	2017	Energia
Grupo BNDES	867,5	2013	Financeiro
Grupo Banco do Brasil	1.369,2	2014	Financeiro

Nota Ativo: Valores em bilhões de reais, dados de 2017.

Fonte: Adaptado de “Boletim das Empresas Estatais Federais” por Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) (2019) v. 9. Brasília: MP, 2019.

As empresas, objeto desta pesquisa, são quatro estatais federais brasileiras controladas diretamente: Petrobras; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Banco do Brasil e Eletrobras. Destaca-se que a Petrobras e o BNDES participaram do Projeto Piloto do IR. As estatais federais BNDES, Banco do Brasil e Eletrobras estiveram entre os primeiros no país a participar das discussões sobre a implantação do IR e são vistos como sendo conhecedores do *framework* do IR e promotores do discurso de sustentabilidade no Brasil. A estatal Eletrobras aderiu à estrutura, após a publicação da Lei 13.303/16.

Os textos organizacionais, na forma de relatórios organizacionais são considerados nesta pesquisa como uma forma de representação organizacional. Como tal, considera-se que os IRs falam em nome das organizações. Partindo do pressuposto que, as próprias organizações não “falam” e que todos os textos organizacionais são, de alguma forma, produtos de indivíduos, também reconhece que, ao construir o IR, indivíduos ou grupos de indivíduos o fazem a partir de posições específicas, provavelmente como membros/consultores das organizações e na tentativa de falar em nome da organização a qual pertencem (Phillips & Hardy, 2002).

Assim, foram selecionados para análise os IRs das estatais federais brasileiras já mencionadas, no período de 2013 a 2018. A escolha do período inicia-se a partir da publicação do *framework* do IR, em 2013 e inclui acontecimentos importantes no contexto nacional, tais como, o início da investigação Lava Jato, em 2014; o lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015, a publicação da Lei 13.303 em 2016 e a crise financeira e política brasileira que

iniciou em 2015. Foram analisados 19 relatórios das estatais federais brasileiras selecionadas. Os IRs que compõem o corpus dessa análise representam, segundo Phillips e Hardy (2002) “textos importantes”, amplamente distribuídos, e associados a mudanças na prática. Os IRs e a respectiva organização relatora podem ser vistos na Tabela 3-2.

TABELA 3-2. RELATÓRIOS ORGANIZACIONAIS ANALISADOS

Estatal	Indústria	IR
Petrobras	Petróleo, gás e derivados	06
Eletrobrás	Energia	02
BNDES	Financeiro	06
Banco do Brasil	Financeiro	05
Total		19

O processo da análise do discurso das estatais pesquisadas conduziu-se em três etapas: na primeira ocorreu várias leituras dos relatos integrados, e realizada uma redução do volume do texto com a finalidade de construir um conjunto de dados focados na temática da sustentabilidade. O enfoque em como a “organização sustentável” estava sendo preenchida com significado pelas estatais. O *software* NVIVO auxiliou na codificação das seções e registro dos extratos relacionados à área de interesse, ou seja, às articulações do que significa para estatal federal brasileira ser sustentável. Os termos utilizados na busca foram: Sustentabilidade, sustentável, sustentáveis e desenvolvimento sustentável.

A segunda etapa envolveu a codificação dos extratos recuperados na primeira fase em temas relacionados à sustentabilidade, criados conforme as identidades que emergiram da análise do discurso dos extratos selecionados dos IRs das estatais federais. Assim, a codificação ocorreu a partir dos principais temas identificados na construção do significado em torno do ponto nodal “organização sustentável”.

Na terceira etapa, os extratos foram divididos em temas e organizados cronologicamente para determinar quando a identidade emergiu, se tornou mais ou menos dominante e como mudou com o tempo. Esta linha do tempo foi dividida conforme as fases de implantação do IR no mundo (IIRC 2016): 2013 a 2014 (fase de criação); 2015 a 2017 (fase de avanço), e 2018 (fase de adoção global do IR).

Ressalta-se que a relação entre texto e contexto foi considerada durante todo o processo de análise dos relatos e consistiu em um processo iterativo, movendo-se entre os cenários em que ocorreram. De acordo com a perspectiva da análise do discurso de Laclau e Mouffe (1985), o que não é dito ou é marginalizado

é tão relevante quanto o que é dito. Assim, observaram-se os silêncios e evidências de marginalização nos relatórios organizacionais. Essas observações, derivadas da análise de quais temas estavam presentes no contexto e na definição de *Brundtland*, mas não jaziam presentes nos relatos integrados das estatais pesquisadas.

3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise de como as estatais federais brasileiras são representadas em relação ao desenvolvimento sustentável nos relatos integrados iniciou-se com a identificação e discussão das identidades retiradas dos IRs durante o período de 2013 a 2018. Quatro principais identidades em torno do ponto nodal “organização sustentável” emergiram da análise do discurso: “Financeiramente sustentáveis”, “promotoras do desenvolvimento sustentável”, “estrategicamente sustentável” e “socioambientalmente sustentáveis”.

3.4.1 Estatais financeiramente sustentáveis e promotoras do desenvolvimento sustentável (2013 a 2014)

A primeira identidade, a partir do ponto nodal “organização sustentável” que emerge desta análise, surge em 2013, com a publicação dos IRs da Petrobras e do BNDES durante a participação das estatais no Projeto Piloto do IIRC. Dentro dessa identidade, as estatais federais se identificaram prioritariamente como uma “organização financeiramente sustentável”. Os principais temas abordados nesta primeira construção de identidade são uma estatal mais produtiva, que direciona seus recursos para aperfeiçoar seu desempenho operacional e financeiro, focada na sustentabilidade do seu crescimento:

E é este o nosso foco: uma Petrobras mais produtiva, eficiente e que se empenha em direcionar seus recursos para aperfeiçoar seu desempenho operacional e financeiro com sustentabilidade no longo prazo, sempre respeitando a segurança e saúde de nossos colaboradores e a preservação do meio ambiente, o que é evidenciado pelo alcance, em 2013, das melhores marcas históricas de indicadores de SMS (Petrobras, 2013, p. 6)

Em 2014, foi deflagrada pela Polícia Federal a Operação Lava Jato, que investigou um esquema de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras (Globo, 2014). Em 2014, o posicionamento direto em torno do ponto nodal

“organização sustentável” diminuiu consideravelmente nas estatais Petrobras e BNDES. Embora o compromisso com a sustentabilidade pareça limitado, é importante observar que esse é o momento em que a investigação Lava Jato iniciou e trouxe consigo mudanças significativas para as estatais federais brasileiras, especialmente para a Petrobras. Influenciada por este cenário, em 2014, o BNDES muda seu discurso em torno do ponto nodal “organização financeiramente sustentável” e dá espaço para uma identidade “promotora do desenvolvimento sustentável”:

O BNDES atua como principal instrumento de execução da política de investimentos do Governo Federal, tendo por missão a promoção do desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais (BNDES, 2014, p. 8).

Em 2014, o Banco do Brasil iniciou o processo de alinhamento do seu relato organizacional aos princípios e elementos propostos pelo IIRC. A primeira identidade que emerge dos IRs do Banco do Brasil em torno do ponto nodal “organização sustentável” é de uma organização “promotora do desenvolvimento sustentável”:

Manter e expandir o papel do Banco como um agente indutor do desenvolvimento sustentável por meio da inclusão financeira e dos negócios sociais (Microcrédito Produtivo Orientado – MPO, Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies, Minha Casa Minha Vida, BB Crédito Acessibilidade, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, entre outros), integrando programas e políticas públicas, parcerias com o setor privado e estratégias de desenvolvimento sustentável do BB (investimento social privado, voluntariado, inclusão digital, desenvolvimento regional sustentável, modelo de atuação integrada em desenvolvimento sustentável, entre outros) (Banco do Brasil, 2014, p. 3).

Em 2014, a característica essencial dessa segunda identidade encontrada, é que as estatais BNDES e Banco do Brasil são promotoras naturais do desenvolvimento sustentável, por meio do financiamento de projetos com objetivos sociais ou ambientais e da inclusão financeira. No geral, nesses relatos iniciais, há um baixo nível de posicionamento em relação à sustentabilidade de forma explícita, em vez disso, as estatais se concentram em declarações gerais de responsabilidade ambiental e social. Apesar das estatais federais brasileiras participarem da discussão internacional em torno desenvolvimento sustentável, com as Cúpulas da Terra, o conceito de sustentabilidade nos IRs das estatais pesquisadas ainda não constitui uma ameaça hegemônica substantiva ao discurso financeiro. Em vez disso, o foco do discurso de sustentabilidade estava no contexto nacional e, em se

legitimar com a sociedade brasileira devido ao envolvimento das estatais federais na investigação Lava Jato.

As estatais que adotaram o IR neste período são representativas dos ativos da União Federal e representam as empresas que foram impactadas pela investigação Lava Jato. Os resultados sugerem que ser financeiramente sustentável e passar uma imagem de promoção natural ao desenvolvimento sustentável era mais do que suficiente para manter a legitimidade e, portanto, tornou-se o foco da identidade construída durante este período.

Esse engajamento com o conceito de sustentabilidade e a aparente relação entre as estatais, o meio ambiente e a sociedade definem o estágio preliminar das construções de identidade das estatais federais pesquisadas nos IRs. Verifica-se que, nesse período, o posicionamento das organizações como promotoras naturais do desenvolvimento sustentável demonstra “poder”, em especial, o BNDES e Banco do Brasil, ao ter disponível o acesso a financiamentos do Governo Federal e por conseguinte, promovem naturalmente o desenvolvimento sustentável do país (Laclau & Mouffe, 1985).

Os achados desta pesquisa são consistentes com os argumentos de Tregdiga (2007) e Tregdiga et al. (2014) em que afirmam que as organizações se posicionam como atores naturais do desenvolvimento sustentável, o ambiente e a sociedade são integrados como parte das operações “normais” da organização. As afirmações de Zappettini e Unerman (2016) também são consistentes com os resultados deste período. Para os autores, os discursos de sustentabilidade são inclinados a um discurso financeiro de sustentabilidade dos negócios. Esses dois elementos da identidade (promotoras naturais do desenvolvimento sustentável e financeiramente sustentáveis) persistem nos períodos subsequentes.

3.4.2 Estatais financeiramente e estrategicamente sustentáveis (2015 a 2017)

O período de 2015 a 2017 coincidiu com o aumento na percepção sobre a corrupção no Brasil, conforme medidor internacional *Corruption Perception Index* da Transparência Internacional (<https://www.transparency.org/>), ainda que esse pareça ser o período de mais intenso e efetivo desbaratamento de esquemas de corrupção de estatais da história do Brasil (Mohallem, France, & Vasconcelos, 2017). Nesta fase, ocorreu um aumento no número de estatais federais que aderiram ao IR,

devido à publicação da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), que incentiva a adoção do IR ou o relatório de sustentabilidade.

Durante este período, a economia brasileira passou por uma brusca virada, saindo de um “boom” econômico para uma profunda recessão (Globo, 2017). O Brasil obteve seu pior resultado da economia já registrado pelo IBGE, durante estes três anos (Globo, 2017). A crise econômica e política no Brasil pode ter influenciado o silêncio das estatais Petrobras e BNDES em relação ao tema “organização sustentável”. As estatais neste período diminuíram sua menção direta a sustentabilidade. Neste período a Petrobras manteve predominantemente sua identidade como uma “organização financeiramente sustentável, e o BNDES como “promotora do desenvolvimento sustentável”.

Portanto, se o foco da sustentabilidade da Petrobras está na própria organização, seu discurso racionaliza a lucratividade com base em contribuir para a sustentabilidade econômica. No IR de 2017, a Petrobras assume as mudanças ocorridas em sua estrutura organizacional, e incorpora ao seu discurso financeiro o capital humano, como agente propulsor do negócio:

Nos últimos anos passamos por grandes mudanças em nossa gestão que trouxeram reflexos para a gestão do nosso capital humano. Fruto dessas mudanças, houve uma readequação do efetivo e o início de um processo de transformação na forma como gerimos esse capital, levando sempre em conta que são as pessoas que possibilitam a existência, a inovação e a sustentabilidade do nosso negócio (Petrobrás, 2017, p. 21).

Já o Banco do Brasil permanece com a identidade “promotora do desenvolvimento sustentável”, em seu IR de 2015. Essa identidade é estabelecida principalmente por meio da referência a dois temas: construção de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira e o apoio a projetos de inovação, eficiência energética, reflorestamento, recuperação e uso sustentável das florestas.

O BNDES e Banco do Brasil ao se posicionarem como “promotores” e, portanto, importantes para o desenvolvimento sustentável do país, faz com que seus IR irem além da arena comercial tradicional, e as estatais articulam uma esfera de influência muito mais ampla. Esse posicionamento tem dois efeitos (Tredgida et al., 2014). Primeiro, a racionalização da existência da organização por meio da importância para a sociedade e o meio ambiente, sendo assim seus impactos positivos têm o potencial de mascarar seus impactos negativos. Segundo,

estabelece uma posição de autoridade na sociedade. Um efeito importante dessa posição é o estabelecimento de um “direito de falar” dentro do discurso do desenvolvimento sustentável (Tredgida et al., 2014).

Em 2016, ocorreu, pela primeira vez, a investigação da Lava Jato em contratos do Banco do Brasil, desde que a operação foi deflagrada, em março de 2014 (Época Negócios, 2016). O envolvimento na investigação pode ter influenciado a mudança no discurso da estatal, em que não foi suficiente se posicionar como “promotora do desenvolvimento sustentável”, sendo necessário passar a imagem de que a sustentabilidade estava inserida em suas estratégias e estrutura de governança.

Alinhado a essas mudanças, de 2016 a 2017, uma nova identidade do Banco do Brasil é construída: “Organização estrategicamente sustentável”. Embora alguns dos temas que compõem o conteúdo do ponto nodal sejam os mesmos, a construção geral da identidade da organização sustentável é a estratégia e sua estrutura de governança. Ser estrategicamente sustentável privilegia uma visão integrada do desenvolvimento e considera diversas dimensões, como social, econômica, cultural e ambiental em seu modelo de negócios:

[...] em nossa estratégia, buscamos alinhamento às disposições do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sobre Economia Verde. Como agentes do sistema financeiro, assumimos uma responsabilidade crucial: direcionar a aplicação de recursos e auxiliar a transição de uma economia de alto impacto para uma economia verde, de baixo carbono e inclusiva, com gestão de riscos acertada e elaboração de modelos inovadores de captação de recursos (Banco do Brasil, 2016, p. 28).

Em 2017, a Eletrobras iniciou sua jornada na implementação do IR em alinhamento às diretrizes do IIRC com a finalidade de tornar seus relatórios mais robustos e transparentes. Vale lembrar que, em 2015, aconteceu a primeira fase da Lava Jato que foi além dos limites da Petrobras e envolveu a Eletrobras nas investigações. Desta vez, a ação da Polícia Federal, batizada de Radioatividade, teve a Eletronuclear como alvo, subsidiária de geração de energia nuclear da Eletrobras (Exame, 2015). No IR publicado pela Eletrobras (2017), emerge a identidade de uma “organização estrategicamente sustentável”, similar ao discurso do Banco do Brasil. Verifica-se uma preocupação da Eletrobras que sua “sustentabilidade empresarial” seja reconhecida por seus *stakeholders*. Nesse sentido, identifica-se a inclinação do discurso da estatal para seus provedores de capital financeiro:

Ao longo de 2018, o PDNG¹ manteve-se alinhado à sua ambição estratégica de “potencializar vantagens competitivas em geração, transmissão e comercialização, atingindo sustentabilidade empresarial reconhecida por todas as partes interessadas” e obteve resultados importantes nos cinco pilares estratégicos (Eletrobras, 2017, p. 27).

Cabe ressaltar que em 2015, houve um discurso internacional em torno do desenvolvimento sustentável, com a publicação pela Organização das Nações Unidas (ONU) dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que deverão ser implementados até 2030, e firmaram planos de transição para uma economia de baixo carbono, como o acordo de Paris, realizado na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-21) (ONU, 2015). As estatais federais brasileiras foram signatárias do acordo de Paris e a partir disso precisaram demonstrar que haviam mudado suas estratégias e incluído em seu discurso corporativo seu compromisso para o alcance das metas estabelecidas.

Neste sentido, representar o compromisso com o desenvolvimento sustentável por meio de associações externas também é utilizado pelas estatais pesquisadas como um instrumento de legitimação social, ou seja, promover os 17 ODS, fazer parte da rede de negócios do IIRC, adotar as diretrizes do *Global Report Initiative* (GRI), fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Nova Iorque, introduz uma ambiguidade na identidade das estatais pesquisadas. Esse tema não é dominante nos IRs, mas tem um efeito na constituição da identidade organizacional das estatais pesquisadas. O alinhamento com essas associações influencia a opinião dos *stakeholders*, aumenta a legitimidade das organizações (Suchman, 1995) e contribui para a identidade de organizações estrategicamente sustentáveis deste período.

3.4.3 Estatais estrategicamente e socioambientalmente sustentáveis (2018)

No contexto das estatais federais brasileiras, em 2018, o Tribunal de Contas da União (TCU) mudou o processo de prestação de contas anuais das unidades da administração pública federal, com destaque para a adoção do IR para o relatório de

¹ Plano Diretor de Negócios e Gestão

gestão de 2018 e lançou um cronograma de adoção para as estatais federais (Tribunal de Contas da União, 2018). Com esta iniciativa, o número de estatais federais brasileiras a relatar o IR aumentará nos próximos anos.

No IR de 2018 do BNDES, o tema dominante “promotor do desenvolvimento sustentável” muda para “socioambientalmente sustentável”, como observado nos períodos de 2013 até 2018, analisados. Essa mudança de discurso do BNDES pode ter sido influenciada pelo trágico incêndio no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em setembro de 2018. Os principais temas abordados, nesta última construção de identidade do BNDES, consistem em uma estatal que contribui para a criação de empregos, aumento da eficiência produtiva, sustentabilidade ambiental e o crescimento sustentado do país. No entanto, a inferência é que a organização sustentável não é somente aquela que promove naturalmente o desenvolvimento sustentável do país por meio de financiamento a negócios sociais, mas também aquela que se preocupa com as externalidades do meio-ambiente:

Avaliamos a concessão de cada apoio com foco em seu potencial de geração de externalidades, isto é, no impacto socioambiental e econômico gerado direta ou indiretamente para o país. A inovação, o desenvolvimento regional e a sustentabilidade são prioridades para nós (BNDES, 2018, p. 9).

O BNDES assume um compromisso em incentivar a formação de capacitações e o desenvolvimento de ambientes inovadores, com o intuito de gerar valor econômico ou social e assim contribuir para a criação de empregos de melhor qualidade, o aumento da eficiência produtiva, a sustentabilidade ambiental e o crescimento sustentado do país (BNDES, 2018). Esse discurso do BNDES consiste aos achados de Milne et al. (2006) e Tregidga (2007) e Tregidga et al. (2014) que consideraram o termo “compromisso” uma das palavras mais usadas em conjunto com “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”, em que as organizações são continuamente representadas como comprometidas com o meio ambiente, sociedade, economia e seus *stakeholders*.

Durante o ano de 2018, a Petrobras manteve seu posicionamento como uma “organização financeiramente sustentável”. A identidade assumida pela estatal tem como principais características buscar orientar e definir suas escolhas estratégicas, visando sua sustentabilidade no longo prazo, ou seja, tem foco no pilar financeiro da sustentabilidade:

O ano de 2018 foi marcado pela construção de um processo de gestão tecnológica cada vez mais voltado para o conteúdo disruptivo e de

transformação digital nos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), sem deixar de lado as atividades de curto prazo, que geram valor para a empresa e contribuem para o desenvolvimento sustentável da companhia (Petrobras, 2018, p. 27).

As referências do discurso da Petrobras à sustentabilidade dos negócios e ao crescimento sustentável da produção durante o período de investigação da Lava Jato, provavelmente foram suficientes para demonstrar “sustentabilidade” e se legitimar no mercado durante esse período. Nesse sentido, a legitimidade das Petrobras, operou com o alinhamento estratégico aos sistemas de valores da sociedade (Cho & Patten, 2007) pelo do gerenciamento de demandas relevantes dos *stakeholders* (Deegan & Blomquist, 2006).

As estatais Eletrobrás e Banco do Brasil mantiveram sua identidade como uma “organização estrategicamente sustentável”. Esta identidade baseia-se em características implícitas de que a sustentabilidade está inserida em seu planejamento estratégico e compõe a estrutura de sua governança:

Com negócios e práticas administrativas cada vez mais sustentáveis, é disseminada à toda a cadeia de valor a importância da incorporação dos princípios da sustentabilidade no planejamento e na execução de ações. O conceito é um pilar transversal na estratégia, que tem suas lideranças comprometidas com o desafio de conciliar a competitividade empresarial com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Banco do Brasil, 2018, p. 18).

Apesar da sustentabilidade das práticas de negócio das estatais federais brasileiras terem sido de forma inerentemente declaradas nos seus IR, ela está condicionada à competitividade empresarial. Soluções para se enfrentar a desigualdade social e construir uma sociedade mais justa são deixadas sem resposta. O tema das “organizações financeiramente sustentável” está presente nos IR de todo o período analisado e em todas as estatais pesquisadas.

3.5 CONCLUSÃO

Este trabalho contribui para os estudos organizacionais sobre sustentabilidade e discursos organizacionais, ao buscar entender a natureza fluida e mutável da construção da identidade da sustentabilidade nos relatos integrados e analisar o processo de rearticulação dessa identidade ao longo do tempo. Essa pesquisa revela como as estatais estudadas veem seu papel em relação ao meio

ambiente e à sociedade e como o conceito de sustentabilidade é construído e se torna significativo pelas organizações.

O estudo identifica quatro identidades em torno do ponto nodal “organização sustentável” das estatais federais brasileiras pesquisadas: organizações financeiramente sustentáveis, promotoras do desenvolvimento sustentável, estrategicamente sustentáveis e socioambientalmente sustentáveis. Pode-se argumentar que, essas identidades estão em constante mudança e fazem parte dos meios pelas quais as estatais buscaram manter legitimidade, poder e influência em debates sobre questões econômicas, sociais e ambientais no cenário brasileiro conturbado, especialmente pela operação Lava Jato.

Os resultados revelam que as estatais pesquisadas, BNDES e Banco do Brasil, se posicionaram desde o início da implantação do IR como atores naturais do desenvolvimento sustentável. Como consequência, a sociedade e o meio ambiente são posicionados como subordinados e não fundamentais ao negócio. Este posicionamento das estatais demonstra poder em relação à sustentabilidade do país e gera uma atitude de “confie em nós”. A sustentabilidade é um conceito normativo e profundamente contestado com muita discordância sobre o que deve ser sustentado, para quem, como e quem decide. Essas diferenças têm implicações significativas na operacionalização dos relatórios organizacionais (Brown & Dillard, 2014).

A inclusão de questões de sustentabilidade no modelo de negócios de uma organização e o “pensamento integrado” trazido pelo IIRC, foram considerados como tendo potencial para alterar a forma de se fazer os “negócios como de costume” (Zappettini & Unerman, 2016). No entanto, os resultados mostram que o conceito de sustentabilidade é constituído como “interesse próprio esclarecido” nos IRs da Petrobras durante todo o período analisado e falha em se envolver seriamente na discussão em torno das tensões entre sustentabilidade e crescimento econômico. Além disso, é adotada uma perspectiva centrada na sustentabilidade interna da estatal, em que a prioridade é a racionalidade econômica, enquanto questões de equidade, justiça social e as necessidades das gerações futuras são marginalizadas.

Os resultados também revelam que a identidade “estrategicamente sustentável” foi construída semelhante ao discurso “ganha-ganha” comum no discurso empresarial, tendo benefícios para a organização, para o meio ambiente e

à sociedade. Esta identidade emergiu no discurso das estatais Banco do Brasil e Eletrobrás entre 2016 e 2018, período que coincide com a crise na imagem das estatais causada pelo envolvimento na investigação Lava Jato. Essa identidade se alinha mais claramente à identidade “financeiramente sustentável”, mas apresenta sensibilidades ambientais e sociais, na medida em que estão estrategicamente alinhadas com o sucesso financeiro da organização.

Para Tregidga et al. (2014), a identidade “estrategicamente sustentável” revela como o discurso dos negócios alinou elementos do desenvolvimento sustentável com discursos de lucro e sucesso. Assim, as organizações não ignoram as demandas e críticas feitas por movimentos sociais marginais, mas incorporam as suas estratégias, na medida em que podem ser coerentes com os objetivos fundamentais de lucro e crescimento da empresa (Spence, 2007).

Os desafios fundamentais levantados pela definição de *Brundtland* (WCED, 1987) não são reconhecidos na construção da identidade da “organização sustentável” das estatais pesquisadas em todo o período analisado. Em outras palavras, a sustentabilidade, foi atribuída principalmente às estatais (Petrobras, BNDES, Eletrobrás e Banco do Brasil) e foi usada principalmente como sinônimos para negócios sustentáveis, para caracterizar certas ações e estratégias que beneficiam os acionistas como sustentáveis. Sendo assim, é essencial que desde o início do processo de *design* do IR das estatais brasileiras atente às necessidades dos *stakeholders* internos e externos. Essas descobertas sugerem que a inclusão real de questões de sustentabilidade nos relatos integrados está longe de ocorrer, conforme preconizado por Flower (2015), Thompson (2015) e Zappettini e Unerman (2016).

Como diversos atores podem recorrer a uma série de justificativas ao longo do tempo, as identidades das estatais estudadas não são estáticas, mas modificam-se continuamente na legitimação de suas ações ao longo do tempo. Assim, o IR ainda não pode ser visto como uma prática libertadora em direção a uma organização mais sustentável e responsável, mas como uma reviravolta irônica de eventos e uma prática que auxilia ao mercado capitalista a incorporar a crítica, que anteriormente pretendia desestabilizá-la (Bommel, 2014). Os IRs das estatais brasileiras pesquisadas são usados como um “manto de sustentabilidade” para cobrir seus negócios “insustentáveis” e legitimar seu “contrato social” (Suchman, 1995) com a sociedade que estava sob a ameaça da operação Lava Jato. Assim, os

IRs analisados reduzem a sustentabilidade em seis fontes de valor corporativo, mas fontes de valor para aumentar a riqueza dos seus investidores e não a prosperidade da sociedade.

No entanto, não há soluções simples para os desafios da sustentabilidade, principalmente por causa de sua natureza política e carregada de valor (Brown & Dillard, 2014). A definição do Relatório Brundtland, embora desejável, é semelhante a um mito, impossível de ser alcançada integralmente pelas estatais pesquisadas, mesmo após a adoção do IR. Esta discrepância entre como o desenvolvimento sustentável é imaginado e refletido leva à redefinição da sustentabilidade pelas empresas pesquisadas. E como o conceito de sustentabilidade não está fechado e nunca pode ser totalmente corrigido, a rerepresentação contínua da identidade é necessária (Tregidga et al., 2014).

Isso cria uma forma de ambiguidade estratégica que permite sua rearticulação à medida que os tempos e os contextos mudam, e é necessária uma nova versão da identidade sustentável para enfrentar novas ameaças hegemônicas, manter a legitimidade e sobreviver (Tredgida et al., 2014). Como observa Spence (2007), embora o significado nunca possa ser totalmente corrigido, certos discursos podem dominar outros e se tornar o principal guia de ação. A reformulação dos significados de sustentabilidade nos IRs das estatais federais brasileiras pesquisadas pode permitir uma “ressemiotização²” de discursos de sustentabilidade e tende a validar lógicas financeiras e econômicas e o fechamento de temas ambientais e sociais.

À luz do exposto, este artigo sugere futuras pesquisas sobre como o conceito da sustentabilidade pode ser materializado em outros tipos de comunicação organizacional. Além disso, poderão ser realizados estudos de caso que investiguem, com profundidade, a construção de identidades organizacionais sustentáveis e seus efeitos no IR das estatais. O Brasil está em processo de adoção do IR nas estatais federais, com um vasto campo para estudos futuros. O foco no cenário brasileiro de adoção ao IR limitou a generalização dos achados. Além disso,

² Iedema, R. (2003). Multimodality, resemiotization: extending the analysis of discourse as a multi-semiotic practice. *Visual Communication*, 2(1):29-57. Recuperado de: <http://www.umass.edu/accela/llc/794d/pdf/social%20semiotics%20Iedema%202007.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

as principais estatais federais brasileiras foram selecionadas sendo que o escopo de campo permanece bastante amplo e exploratório.

REFERÊNCIAS

- Banco do Brasil. (2014). *Relato Integrado ano base 2014*. Recuperado de: <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/uds/dwn/RELAN2014.pdf>.
- Banco do Brasil. (2016). *Relato Integrado ano base 2016*. Recuperado de: <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/relan2016.pdf>.
- Banco do Brasil. (2018). *Relato Integrado ano base 2018*. Recuperado de: <https://www45.bb.com.br/rao/ri/ra2018/pt/index.html>.
- Bebbington, J., and Larrinaga, C. (2014). Accounting and sustainable development: An exploration. *Accounting, Organizations and Society*, 39(6), 395-413. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.01.003>
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (2014). *Relato Integrado ano base 2014*. Recuperado de: https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/10c89296-5ef7-4450-a272-204fe01814bc/RA_2014.pdf?MOD=AJPERES&CVID=ljvD9Yn&CVID=ljvD9Yn&CVID=ljvD9Yn&CVID=ljvD9Yn
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (2018). *Relato Integrado ano base 2018*. Recuperado de: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca/relatorio-anual-integrado/relatorio-anual-2018/>.
- Bommel, K. V. (2014). "Towards a legitimate compromise?: An exploration of Integrated Reporting in the Netherlands." *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 27(7): 1157-1189.
- Brasil. (2016). Lei nº 13.303, de 30 de junho 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm.
- Brown, J., & Dillard, J. (2014). Integrated reporting: on the need for broadening out and opening up. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1120–1156. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1313>
- Busco, C., Giovannoni, E., Granà, F., & Izzo, M. F. (2018). Making sustainability meaningful: aspirations, discourses and reporting practices. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. 31(8):2218-2246. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2017-2917>.

- Byrch, C.; Kearins, K.; & Milne, M. (2007). "Sustainable "what"? A cognitive approach to understanding sustainable development." *Qualitative Research in Accounting & Management*, 4: 26-52. Doi: 10.1108/11766090710732497 .
- Cho, C. H., & Patten, D. M. (2007). "The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note." *Accounting, organizations and society* 32(7-8): 639-647.
- Connelly, S. (2007). Mapping sustainable development as a contested concept. *Local environment*, 12(3), 259-278. <https://doi.org/10.1080/13549830601183289>
- Deegan, C., & Blomquist, C. (2006). "Stakeholder influence on corporate reporting: An exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry." *Accounting, Organizations and Society* 31(4-5): 343-372.
- Drexhage, J., & Murphy, D. (2010). "Sustainable development: from Brundtland to Rio 2012, Background paper for the high level panel on global sustainability, New York: United Nations.
- Dumay, J.; Bernardi, C.; Guthrie, J. & Demartini, P. (2016). "Integrated reporting: A structured literature review." *Accounting Forum*. 40(3):166-185. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>.
- Eletrobrás. (2017). *Relato Integrado ano base 2017*. Recuperado de: https://eletrobras.com/pt/SobreaEletrobras/Relatorio_Anuar_Sustentabilidade/2017/Relatorio-Anual-Eletrobras-2017.pdf.
- Época Negócios. (2016). *Lava Jato investiga contratos do Banco do Brasil*. Recuperado de <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2016/08/epoca-negocios-lava-jato-investiga-contratos-do-banco-do-brasil.html>.
- Exame. (2015). Como a Eletrobras virou alvo da investigação da Lava Jato. Recuperado de <https://exame.abril.com.br/brasil/como-a-eletrobras-virou-alvo-da-investigacao-da-lava-jato/>.
- Flower, J. (2015). The International Integrated Reporting Council: a story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1-17. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.002>
- Gladwin, T. N., Krause, T., & Kennelly, J. J. (1995). Beyond eco-efficiency: Towards socially sustainable business. *Sustainable Development* 3.1, 35-43.
- Globo. (2014). *Entenda a Operação Lava Jato*. Recuperado de <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/entenda-operacao-lava-jato-da-policia-federal.html>.
- Globo. (2017). *Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico*. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>.

- Guthrie, J., Manes-Rossi, F., & Orelli, R. L. (2017). "Integrated reporting and integrated thinking in Italian public sector organisations." *Meditari Accountancy Research*, 25(4):553-573. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2017-0155>
- Higgins, C., Stubbs, W., & Love, T. (2014). Walking the talk (s): Organisational narratives of integrated reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1090-1119. DOI: 10.1108 / AAAJ-04-2013-1303
- Howarth, D. and Stavrakakis, Y. (2000). Introducing discourse theory and political analysis. In: Howarth, D and Norval, AJ and Stavrakakis, Y, (eds.) *Discourse Theory and Political Analysis: Identities, Hegemonies and Social Change*. Manchester University Press.
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013). A estrutura internacional para Relato Integrado. Recuperado de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portuguese-final-1.pdf>.
- Joseph, G. (2012). Ambiguous but tethered: An accounting basis for sustainability reporting. *Critical perspectives on Accounting*. 23(2): 93-106.
- Kassai, J. R., Carvalho, L. N., & Kassai, J. R. S. (2019). *Relato Integrado e Sustentabilidade*. São Paulo: Editora Atlas/GEN.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. London: Verso Trade.
- Lélé, S. M. (1991). Sustainable development: a critical review. *World development*, 19(6), 607-621. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(91\)90197-P](https://doi.org/10.1016/0305-750X(91)90197-P).
- Milne, M. J., Kearins, K., & Walton, S. (2006). Creating adventures in wonderland: The journey metaphor and environmental sustainability. *Organization*, 13(6), 801-839.
- Milne, M. J., & Gray, R. (2013). W (h)ither ecology? The triple bottom line, the global reporting initiative, and corporate sustainability reporting. *Journal of business ethics* 118.(1) 13-29.
- Mohallem, M. F., France, G. J., & Vasconcelos, B. F. M. (2017). *Integridade e Transparência de Empresas Estatais no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Direito.
- Onn, A. H., & Woodley, A. (2014). A discourse analysis on how the sustainability agenda is defined within the mining industry. *Journal of Cleaner Production*, 84-116-127. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.03.086>.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2015). *17 Objetivos para transformar nosso mundo*. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/pos2015/>.

- Petrobras. (2013). *Relato Integrado ano base 2013*. Recuperado de <https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/8718/RA2013Portugues25fev2014.pdf>.
- Petrobras. (2017). *Relato Integrado ano base 2017*. Recuperado de <https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/1156/relatorioanual2017.pdf>.
- Petrobras. (2018). *Relato Integrado ano base 2018*. Recuperado de https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/206/Relatorio_anual_27_03.pdf.
- Phillips, N., & Hardy, C. (2002). *Discourse analysis: Investigating processes of social construction*. Sage Publications. (Qualitative Research Methods Series, v.50).
- Rodrigues, L. P., & Mendonça, D. (2008). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdPUCRS.
- Spence, C. (2007). Social and environmental reporting and hegemonic discourse. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20(6):855-882. <https://doi.org/10.1108/09513570710830272>.
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of management review*, 20(3), 571-610. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9508080331>.
- Tribunal de Contas da União (TCU). (2018). Decisão Normativa-TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018. Recuperado de <https://portal.tcu.gov.br>
- Thompson, I. (2015). But does sustainability need capitalism or an integrated report a commentary on “The International Integrated Reporting Council: A story of failure” by Flower, J. *Critical Perspectives on Accounting*, 27:18–22. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.003>.
- Tregidga, H. (2007). *Power and politics of organisational sustainable development: an analysis of organisational reporting discourse* (Doctoral dissertation, University of Otago).
- Tregidga, H., Milne, M., & Kearins, K. (2014). (Re) presenting ‘sustainable organizations’. *Accounting, Organizations and Society*, 39(6), 477-494. DOI: 10.1016/j.aos.2013.10.006
- Tregidga, H., Kearins, K., & Milne, M. (2013). The politics of knowing “organizational sustainable development”. *Organization & Environment*, 26(1), 102-129.
- Tregidga, H., Milne, M. J., & Kearins, K. (2018). Ramping up resistance: Corporate sustainable development and academic research. *Business & Society*, 57(2), 292-334. <https://doi.org/10.1177/0007650315611459>
- Vizeu, F., Meneghetti, F. K., & Seifert, R. E. (2012). Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Cadernos Ebape*, 10(3), 569-583.

World Commission on Environment and Development (WCED). (1987). World Commission on Environment and Development: our common future, 17, 1-91.

Zappettini, F., & Unerman, J. (2016). 'Mixing' and 'Bending': The recontextualisation of discourses of sustainability in integrated reporting. *Discourse and Communication*, 10(5), 521–542. <https://doi.org/10.1177/1750481316659175>

4 REPRESENTANDO A SUSTENTABILIDADE NO RELATO INTEGRADO (IR): ANÁLISE DO DISCURSO DOS RELATOS INTEGRADOS DO BANCO ITAÚ UNIBANCO

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar como o conceito de sustentabilidade é representado no Relato Integrado (IR) do Banco Itaú Unibanco e os efeitos dessa representação, no período de 2013 a 2018. Realizou-se uma análise do discurso dos IR do Banco Itaú Unibanco a luz da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. A partir da análise discursiva, levantou-se três identidades em torno do ponto nodal “organização sustentável”: Financeiramente sustentável, líder em sustentabilidade e estrategicamente sustentável. As evidências encontradas nas identidades indicaram que os discursos do banco enfatizaram sua sustentabilidade financeira, para benefício principal dos provedores de capital financeiro. Os resultados revelaram que a definição de *Brundtland* foi a principal influência do Banco Itaú Unibanco ao se posicionar como sustentável, no entanto, personalizou o conceito adicionando característica intrínsecas da organização, tais como, longevidade dos negócios e performance sustentável. Conceitos indefinidos, como sustentabilidade e práticas, como o IR, são aspiracionais e possuem uma dimensão mítica.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Discursos. Relato Integrado. Hegemonia.

ABSTRACT

The purpose of this article was to analyze how the concept of sustainability is represented in the Integrated Reporting (IR) of Itaú Unibanco and the effects of this representation, in the period from 2013 to 2018. An analysis of the discourse of the IRs from Itaú Unibanco was carried out in the light of Laclau and Mouffe's Theory of Discourse. From the discursive analysis, three identities were raised around the nodal point “sustainable organization”: Financially sustainable, leader in sustainability and strategically sustainable. The evidence found in the identities indicated that the bank's discourses emphasized its financial sustainability, for the primary benefit of financial capital providers. The results revealed that the definition of Brundtland was the main influence of Itaú Unibanco in positioning itself as sustainable, however, it customized the concept by adding intrinsic characteristics of the organization, such as business longevity and sustainable performance. Undefined concepts, such as sustainability and practices, such as IR, are aspirational and have a mythical dimension.

Keywords: Sustainability. Discourses. Integrated Reporting. Hegemony.

4.1 INTRODUÇÃO

O conceito de “sustentabilidade” ganhou destaque na literatura contábil e nos relatórios corporativos (Zappettini & Unerman, 2016; Humphrey, O'Dwyer, &

Unerman, 2017; Tregidga, Milne, & Kearins, 2018; Busco, Giovannoni, Granà, & Izzo, 2018). A definição mais conhecida de desenvolvimento sustentável é dada pelo Relatório *Brundtland*, como o “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (*World Commission on Environment and Development - WCED*, 1987, p. 43). A noção de sustentabilidade, impulsionada pela Cúpula da Terra no Rio, em 1992, e as cúpulas subsequentes contribuíram para um crescimento exponencial do interesse em questões de sustentabilidade nos discursos acadêmicos e públicos (Zappetini & Unerman, 2016).

Neste contexto, se o negócio é bom para o desenvolvimento sustentável, e/ou se a sustentabilidade é boa para os negócios, caracteriza-se em uma questão controversa (Tregidga & Milne, 2006). Para alguns, o desenvolvimento sustentável é um oxímoro, e um truque de conjuração (Livesey, 2002; Tregidga & Milne, 2006). Embora a onipresença do conceito de sustentabilidade tenha permitido o seu uso “hegemônico” em nível corporativo, é necessário afastar-se deste discurso sobre sustentabilidade corporativo, abrindo caminho para quadros de referência alternativos, dentro de uma pluralidade de espaços discursivos (Tregidga et al., 2018).

Por este olhar, a comunicação organizacional pode ser vista como parte da luta discursiva na qual as organizações tentam moldar, gerenciar e dar sentido às suas identidades e conceitos (Livesey, 2002; Tregidga & Milne, 2006). Diante disso, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), criado em 2010, pelo *The Prince's Accounting for Sustainability Project* e pela *Global Reporting Initiative* e desenvolveu o *Internacional Integrated Reporting Framework* (IIRF), com objetivo de integrar informações financeiras, socioambientais e de governança em um formato claro, conciso, consistente e comparável (IIRC, 2013). O IR é um processo de harmonização e de convergência dos sistemas de gestão e comunicação corporativa, que tem como base o modelo de negócios e contempla a sustentabilidade (Kassai, Carvalho, & Kassai, 2019).

Os estudos sobre o discurso de sustentabilidade nos IRs estão em fase inicial no Brasil e internacionalmente (Zappetini & Unerman, 2016; Busco, Frigo, Paolo, & Angelo, 2013). No entanto, estudos críticos examinaram a adoção do IR pelas empresas, apontando o IR como uma prática utópica de sustentabilidade para fins de legitimação (Higgins, Stubbs, & Love, 2014; Bommel, 2014; Brown & Dillard,

2014; Zappettini & Unerman, 2016), e outros revelam o papel “aspiracional” da adoção do IR (Busco et al., 2018).

Zappettini e Unerman (2016) afirmam que, ao adotarem o IR, as organizações representam a si mesmas como financeiramente, economicamente e comercialmente sustentáveis, com a finalidade de salvaguardem o interesse dos provedores de capital financeiro, “recontextualizando” questões de sustentabilidade para o crescimento a longo prazo e rentabilidade. Busco et al. (2018) relatam que, em vez de preencher a sustentabilidade com significado estável, os gestores são atraídos pelas lacunas deixadas, levando ao desenvolvimento de novas práticas e ao desdobramento de significados.

Diante do exposto, busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: Como o conceito de sustentabilidade é representado no Relato Integrado do Banco Itaú Unibanco e quais os efeitos dessa representação ao longo do tempo? Para responder ao problema, propõe-se analisar como o conceito de sustentabilidade é representado no Relato Integrado do Banco Itaú Unibanco e os efeitos dessa representação, no período de 2013 a 2018. Para atingir esse objetivo, utilizou-se a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. Por este olhar, embora o conceito de sustentabilidade esteja parcialmente fixo pela definição do Relatório Brundtland, ele continua a ser uma representação universal que une uma série de informações, mas não possui necessariamente nenhum conteúdo (Laclau & Mouffe, 1985).

Na literatura dos estudos organizacionais no Brasil, há uma lacuna em relação a estudos críticos que envolvam a interpretação sobre como os discursos sobre sustentabilidade se constroem no IR. Além disso, este estudo atende aos pedidos de Tregidga et al. (2018) e Busco et al. (2018) por mais estudos sobre os espaços discursivos da sustentabilidade, em diferentes níveis.

O *corpus* de pesquisa são os IRs do Banco Itaú Unibanco no período de 2013 a 2018. Esta escolha se dá pelo fato do banco ser considerado líder em sustentabilidade e seu IR ter conquistado três prêmios: *BeyondBanking Awards*; *Latin American Excellence Awards* e Prêmio Aberje. Além disso, o material produzido pelo Banco Itaú Unibanco tem sido *benchmark* para empresas de diversos setores, entre elas, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Nesta pesquisa, analisou-se o discurso de sustentabilidade nos IRs com base na teoria crítica de Laclau e Mouffe (1985) buscando contribuir para a sua

compreensão a partir das identidades construídas em relação ao desenvolvimento sustentável, bem como entender como as práticas do IR, potencialmente transformacionais, são apaziguadas e colonizadas por estruturas e discursos financeiros hegemônicos.

4.2 REFERENCIAL TEÓRICO

4.2.1 Relato Integrado para a “sustentabilidade”

O “significado” do desenvolvimento sustentável é um conceito contestado e político (Lélé, 1991; Connelly, 2007). Para Onn e Woodley (2014), o número de definições fornecidas e as diferentes maneiras pelas quais essas definições são interpretadas deixaram a “sustentabilidade” indefinida. No entanto, a falta de definição não implica que a sustentabilidade não tenha significado (Bebbington & Larrinaga, 2014; Frame & O'Connor, 2011). Alguns afirmam que o termo “sustentabilidade” leva à confusão sobre se é o ambiente natural ou a economia/mercado que deve ser sustentado (Lélé, 1991). Já para Jacobs (1999), é a natureza complexa e normativa do conceito que leva à contestação e à luta política. Neste sentido, Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) afirmam que ideia de sustentabilidade é apresentada de forma dissociada de sua concepção social-histórica, sem levar em consideração suas limitações.

Jacobs (1999) identifica que conceitos contestáveis, tais como a sustentabilidade, são complexos e normativos; e possuem dois níveis de significação. No primeiro nível, os conceitos são definidos por uma série de ideias fundamentais. Para o conceito de sustentabilidade, essa coalescência ocorre em torno da definição “abreviada” dada pelo Relatório *Brundtland*. Já no segundo nível, o significado está aberto ao debate. O conflito ocorre em relação ao que essas ideias fundamentais realmente “significam”. No entanto, este embate não deve ser entendido como uma falta de precisão sobre o que realmente significa o termo sustentabilidade (Jacobs, 1999).

O IIRC, fundado por iniciativa de duas organizações líderes no campo da contabilidade para a sustentabilidade: O *The Prince's Accounting for Sustainability Project* e a *Global Reporting Initiative* (Flower, 2015), consiste em um processo de comunicação sobre o processo de criação de valor ao longo do tempo, que fornece *insights* sobre os recursos e relacionamentos utilizados pela organização, e a

interação entre a empresa e ambiente externo (*International Integrated Reporting Council* - IIRC, 2013). Ao expandir o domínio dos relatórios tradicionais e incluir questões sociais e ambientais, o IR amplia as entradas de avaliação incluídas em relação ao atual regime de relatórios financeiros (Brown & Dillard, 2014).

O pensamento integrado consiste na consideração ativa das relações entre as várias unidades operacionais e funcionais e os capitais que a organização usa ou afeta. As empresas podem reportar seu uso ou impacto em seis de capitais: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural. Os princípios básicos que apoiam o conteúdo e a forma de apresentação do IR são: foco estratégico e perspectiva, conectividade de informações, relacionamento com stakeholders, materialidade, confiabilidade e completude, coerência e comparabilidade (IIRC, 2013).

Busco et al. (2013) destacam que o IR não se destina a ser um conjunto de várias partes isoladas, mas conecta informações materiais sobre desempenho financeiro e não financeiro, a fim de mostrar como o processo de criação de valor depende de múltiplas fontes de capital. O IIRC (2013) define “pensamento integrado” como a consideração ativa das relações entre as várias unidades operacionais e funcionais e os capitais que a organização usa ou afeta. Assim, o IR não é apenas sobre a divulgação. Seu potencial está na capacidade de proporcionar uma maneira diferente de pensar, isto é, uma compreensão integrada da estratégia e política organizacional (IIRC, 2013).

Flower (2015) revela que o IIRC abandonou o projeto de sustentabilidade previsto inicialmente em seu “*Discussion Paper*” e que na época da fundação do IIRC havia muitas menções a sustentabilidade no comunicado de imprensa. No entanto, na versão final do *framework* houve apenas uma única referência à sustentabilidade. Além disso, o IIRC considera que o IR deve evidenciar “valor para os outros” apenas na medida em que seja material para a capacidade da organização de criar valor para si mesma, ou seja, “valor para os investidores” (Flower, 2015).

Para Bommel (2014) a principal preocupação das empresas ao adotar o IR é obter legitimidade. Assim, as empresas têm um “contrato social” com a sociedade em geral e procuram estrategicamente alcançar o “ajuste” entre seu sistema de valores e o da sociedade, ou tentam gerenciar uma mistura de valores e demandas com as dos stakeholders. A elaboração do IR é uma prática estratégica das

organizações com os valores normalmente expressos por meio de um modelo de comunicação focado em normas externas de entidades sociais com *status*, ou seja, é utilizado como um recurso legitimador (Bommel, 2014).

Zappettini e Unerman (2016) sustentam que o termo sustentabilidade foi influenciado e alinhado com outros discursos nos IRs, para construir a organização em benefício primário dos acionistas. Os autores enfatizam que, por meio do uso de diferentes gêneros, os textos em IR desempenham uma função social, além de sua capacidade representacional.

No entanto, Busco et al. (2018) sugerem que as práticas de relatórios, tais como o IR, podem ser utilizadas para acionar as aspirações e intenções dos gestores em um processo contínuo de questionamento sobre “o que é sustentabilidade”. Para os autores, os indivíduos são atraídos pelas lacunas deixadas pelo conceito de sustentabilidade, levando ao desenvolvimento de novas práticas e desdobrando significados dentro de espaços discursivos específicos.

4.2.2 Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe

O conceito de hegemonia de Laclau e Mouffe (1985) e o seu tratamento para a formação de identidades fornecem o arcabouço teórico para este artigo. Uma das vantagens da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985) é a construção de uma identidade em relação ao desenvolvimento sustentável e o caráter hegemônico dessa representação nas organizações (Tregidga, Milne, & Kearins, 2014). A teoria do discurso tem como ponto de partida a centralidade das categorias de poder e de discurso, que se desdobrarão em outras noções centrais à teoria, como pontos nodais, articulação, hegemonia e significantes vazios (Rodrigues & Mendonça, 2008).

O discurso não deve ser entendido como um simples reflexo de um conjunto de textos, mas uma categoria que une palavras e ações uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas (Rodrigues & Mendonça, 2008). Para Laclau e Mouffe (1985), a hegemonia consiste em uma prática de articulação discursiva, onde a articulação é qualquer prática que estabeleça relações entre elementos, de modo que sua identidade seja modificada.

Dentro da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, as identidades de grupo não são socialmente predeterminadas, mas como identidades individuais, sendo constituídas no discurso e são fragmentadas, super-codificadas e contingentes (Tregidga et al., 2014). Desta maneira, de forma sistemática, hegemonia é uma relação em que uma identidade, em um determinado contexto histórico, de forma precária e contingente, passa a representar múltiplos elementos (Rodrigues & Mendonça, 2008). Como observa Spence (2007), pessoas ou grupos sociais não têm essência real além das identidades precárias que adotam em relação ao estabelecimento de uma ordem específica. Neste sentido, para Laclau e Mouffe toda identidade vive em uma constante busca à completude, sendo que tal busca sempre é ineficaz (Rodrigues & Mendonça, 2008).

Os pontos nodais são significantes privilegiados ou pontos de referência em um discurso que une um sistema particular de significado ou cadeia de significação (Howarth, Howarth, Norval, & Stavrakakis, 2000). Para Laclau, um significante vazio é, no sentido estrito, um significante sem significado (Rodrigues & Mendonça, 2008). Em suma, o vazio do significante é a própria condição da hegemonia (Laclau & Mouffe, 2015).

Portanto, a hegemonia envolve o processo político de fixar parcialmente o significado em torno de um significante vazio que funciona como um ponto nodal (Tregidga et al., 2018). Hegemonizar algo tem a função de preenchimento (Laclau & Mouffe, 2015). O lugar vazio do universal deve ser preenchido por uma particularidade, mas que, ao assumir essa tarefa de representar, perde grande parte de sua característica particular (Rodrigues & Mendonça, 2008). Como tal, o universal é uma forma de significante vazio, capaz de unificar uma série de demandas equivalentes (Tregidga et al., 2018).

4.3 MÉTODOLOGIA

A análise do discurso utilizada neste estudo, inspirada em Laclau e Mouffe (1985), investigou os efeitos construtivos do discurso pelo estudo sistemático e estruturado de textos, conforme os estudos de Tregidga et al. (2014) e Tregidga et al. (2018). A abordagem discursiva é relevante para o objetivo deste trabalho, uma vez que vincula o conceito de hegemonia e permite a investigação da produção de “verdades” e legitimidade (Tregidga et al., 2014).

A escolha do Banco Itaú Unibanco como objeto deste estudo deriva de sua adesão ao programa piloto do IIRC e de sua participação na Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato integrado. O período da análise é de 2013 a 2018, abrangendo tanto o surgimento quanto o desenvolvimento do IR no Brasil. Inicia-se com a publicação do *framework* internacional do IR, em 2013 e inclui a seleção dos relatos integrados *corpus* de análise representam “textos importantes”, amplamente distribuídos e associados a mudanças na prática (Phillips & Hardy, 2002).

4.3.1 Processo de codificação do discurso

O processo analítico da pesquisa ocorreu em três fases: (i) leituras dos relatórios; (ii) codificação das seções *com software NVIVO*; (iii) classificação dos extratos.

Primeiramente, ocorreram leituras dos relatórios organizacionais e a redução do volume do texto com a finalidade de construir um conjunto de dados focado na temática da sustentabilidade, busca-se como a posição “organização sustentável” estava sendo preenchida com significado pelo Banco Itaú Unibanco.

Utilizou-se o *software NVIVO* para a codificação das seções e registro dos extratos relacionados à área de interesse, ou seja, as articulações do que significa para o Banco Itaú Unibanco ser “sustentável”. Foram codificados os trechos de cada um dos relatos integrados individualmente em que a organização estudada se posiciona diretamente como uma “organização sustentável”.

Os extratos foram classificados conforme as identidades que emergiram da análise e codificados a partir dos principais temas identificados na construção do significado em torno do ponto nodal “organização sustentável”. Após, organizaram-se os extratos de cada um dos relatórios cronologicamente, com a finalidade de determinar quando o tema surgiu, se tornou mais ou menos dominante e como mudou com o tempo.

A relação entre texto e contexto, considerada durante todo o processo de análise dos textos foi revisitado pelos autores em suas várias etapas, ou seja, houve interatividade com análise discursiva em relação ao contexto organizacional. De acordo com a perspectiva da análise do discurso de Laclau e Mouffe (1985), o que não é dito ou é marginalizado é tão relevante quanto o que é dito. Assim registraram-se os silêncios e evidências de marginalização nos relatórios

organizacionais. Essas observações derivaram das análises de quais temas não estavam presentes no discurso sobre sustentabilidade no IR.

4.4 IDENTIDADE DO BANCO ITAÚ UNIBANCO EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE

A análise de como o Banco Itaú Unibanco se representa, em relação ao desenvolvimento sustentável nos IRs iniciou-se com uma identificação e discussão das identidades retiradas dos relatos, durante o período de 2013 a 2018. As identidades se concentram nas representações dominantes nos IRs analisados. Os silêncios também foram identificados e discutidos. Três principais identidades, em torno do ponto nodal “organização sustentável”, emergiram da análise dos IRs do Banco Itaú Unibanco: “Financeiramente sustentáveis”, “líder em sustentabilidade” e “estrategicamente sustentável”.

4.4.1 Organização líder em sustentabilidade e financeiramente sustentável (2013 – 2014)

Neste primeiro período de análise o Banco Itaú Unibanco participou do Programa Piloto do IIRC, e publicou seu primeiro IR, referente ao ano de 2013. A primeira identidade que emergiu em torno do ponto nodal “organizações sustentáveis”, foi “organização líder em sustentabilidade e financeiramente sustentável”. Essa identidade foi estabelecida principalmente pela referência a três temas: ser líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, ser reconhecida como a empresa mais sustentável no Brasil e no mundo, e obter resultados sustentáveis:

Fomos eleitos nos anos de 2008 e 2009 pelas maiores instituições financeiras do mundo para ocupar a posição de Presidente do Comitê Diretivo dos Princípios do Equador, atestando nossa influência global na promoção de boas práticas socioambientais e de sustentabilidade. Atualmente, como membro desse Comitê, lideramos diversas iniciativas, como o processo de revisão estratégica, reforçando nosso compromisso voluntário de gestão de risco de crédito e gerenciamento de risco socioambiental (Itaú Unibanco, 2013, p. 43).

Um elemento-chave da identidade que emerge deste período inicial da implantação do IR pela empresa é o discurso de sustentabilidade financeira. A distorção discursiva da sustentabilidade em torno da “longevidade dos resultados”, foi identificada em diversos trechos do IR de 2013 do Banco Itaú Unibanco:

Quando falamos de performance sustentável, estamos nos referindo aos resultados perenes, resultados que perdurem por gerações. Para uma empresa com a dimensão e a diversidade de negócios do Itaú Unibanco, perdurar significa permanecer nas escolhas das pessoas. Colaboradores, clientes, acionistas e a própria sociedade querem compartilhar os resultados da empresa naquilo que é valor para cada um. Por isso, é preciso ir além da operação, ou seja, além da última linha do balanço ou dos retornos para acionistas (Itaú Unibanco, 2013, p. 10).

O segundo IR do Banco Itaú Unibanco se refere ao ano de 2014, período em que a organização manteve seu discurso em torno do ponto nodal “organização sustentável” como “líder em sustentabilidade e financeiramente sustentável”. O banco buscou “demonstrar” ser líder em sustentabilidade por meio de referências à filiação de associações, mais comumente o Índice de Sustentabilidade Dow Jones, Índice de Sustentabilidade Empresarial, *Global Reporting Initiative* e ao *International Integrated Reporting Council*. O alinhamento com essas associações “legítimas” e influentes aumenta potencialmente a legitimidade das organizações que são membros (Suchman, 1995) e contribui para a identidade de liderança em sustentabilidade do Banco Itaú Unibanco:

Desenvolvemos também uma nova metodologia para a apresentação dos nossos temas materiais, alinhada às principais diretrizes do Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI), Bolsa de Nova York (NYSE), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA e Iniciativa Global para Relatórios (GRI, na sigla em inglês), além da Estrutura Conceitual para Relatos Integrados, proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (IIRC). Os temas resultantes dessa nova matriz foram agrupados em seis diferentes capitais: financeiro; social e de relacionamento; humano; intelectual; natural; e manufaturado (Itaú Unibanco, 2013, p. 2).

No IR de 2014 do Banco Itaú Unibanco, também predomina a identidade “organização financeiramente sustentável”. Neste ano, o que chama atenção é a “recontextualização” da definição original de desenvolvimento sustentável do Relatório *Brundtland* contida no IR de 2014. Sendo o conceito de sustentabilidade um significante vazio (Laclau & Mouffe, 1985), o Banco Itaú Unibanco substitui o termo “necessidade” por “negócios que sejam bons para o banco” e, “futuras gerações” por “clientes”, “colaboradores” e “sociedade” em sentido restrito. Por meio dessa substituição, o banco exclui aspectos sociais mais amplos envolvidos na proposição de *Brundtland* e garante seu “direito de falar” sobre sustentabilidade em seu discurso corporativo:

Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades futuras. Na base dessa definição está o equilíbrio entre os aspectos

econômicos, sociais e ambientais. O termo sustentabilidade é usado, justamente, para definir o estado de equilíbrio alcançado quando se leva em conta os três eixos desse tripé. Para nós, sustentabilidade é fazer negócios que sejam bons para o banco, para nossos clientes, acionistas, colaboradores e sociedade (Itaú Unibanco, 2014, p. 9).

4.4.2 Organização financeiramente e estrategicamente sustentável (2015 – 2017)

Os anos de 2015 a 2017 consistem na fase de avanço na implantação do IR no mundo. Neste segundo período analisado, a primeira identidade que emerge de nossa análise discursiva é de “organização financeiramente sustentável”. Essa representação afeta o posicionamento e a função do banco em relação ao desenvolvimento sustentável e ao conceito de desenvolvimento sustentável nos IRs. O Banco Itaú Unibanco se representa como financeiramente sustentável em vários níveis: performance sustentável, resultados sustentáveis, desafios sustentáveis e negócios sustentáveis:

A geração de resultados sustentáveis está no nosso DNA. O desafio constante de buscar a liderança em performance nos trouxe até aqui e continuará guiando a nossa empresa em direção aos nossos objetivos (Itaú Unibanco, 2015, p. 7).

Em 2016, foi deflagrada a 8ª fase da Operação Zelotes, que investiga organizações criminosas para manipular o trâmite de processos e no resultado de julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) tendo entre os alvos os bancos Itaú Unibanco e BankBoston (Época Negócios, 2016). Influenciado pelo cenário turbulento da Operação Zelotes, o Banco Itaú Unibanco muda seu discurso predominante neste período e se concentra na sustentabilidade inserida na estratégia e operações da empresa, desempenho financeiro e perspectivas de longo prazo como forma de legitimação. A construção do conceito de sustentabilidade incorporada à estratégia do banco é semelhante ao discurso “ganha-ganha” comum no discurso empresarial, pois é representado como tendo benefícios para a organização, meio ambiente e para a sociedade:

A sustentabilidade é incorporada em nossa estratégia corporativa por meio de uma estrutura de governança consolidada que está integrada em nosso negócio, o que nos permite incorporar questões sociais e ambientais em atividades e processos diários em todo o Grupo. As decisões estratégicas de longo prazo sobre sustentabilidade são discutidas pelo nosso Conselho de Administração, em reunião do Comitê de Estratégia (composto por membros do Conselho de Administração) e do Comitê Executivo (Itaú Unibanco, 2016, p. 52).

Após dois anos de queda do PIB brasileiro, a economia começou a dar sinais de recuperação em 2017 (Época Negócios, 2017). A crise financeira e política instaurada no Brasil influenciou o discurso de sustentabilidade do Banco Itaú Unibanco. No IR de 2017, o banco se posicionou predominantemente como uma organização financeiramente sustentável, o que emerge é uma identidade que transmite uma reiteração mais clara das prioridades econômicas e uma redução das condições sociais e ambientais:

Observamos sinais que indicam o início da recuperação da maior crise dos últimos 100 anos da economia brasileira, com crescimento de 1% do PIB após três anos de recessão, em um cenário de baixa inflação e com menores taxas de juros. Acreditamos que o Brasil está preparado para superar as crises econômica e política, voltar a gerar empregos e a crescer em patamares sustentáveis (Itaú Unibanco, 2017, p. 3).

4.4.3 Organização financeiramente e estrategicamente sustentável (2018)

No último período analisado, o IR estava em fase de adoção global pelas empresas e a identidade organizacional assumida pelo Banco Itaú Unibanco em torno do ponto nodal “organização sustentável” é de “organização financeiramente e estrategicamente sustentável”. Essa identidade que emerge da análise do IR de 2018, se alinha mais claramente à identidade organizacional “economicamente racional”, evidente na literatura positiva de estudos contábeis e organizacionais (Tregidga et al., 2014), mas ao mesmo tempo se mostra sensível a questões socioambientais, na medida em que estas iniciativas estejam estrategicamente alinhadas com o sucesso financeiro do banco:

Sustentabilidade, por sua vez, está totalmente integrada aos negócios, tanto nos aspectos operacionais quanto comerciais, fazendo as questões socioambientais parte de nosso cotidiano. Suas variáveis precisam ser incorporadas e mensuradas em cada um de nossos diferentes processos, como concessão de crédito, investimentos, atividades de seguros, contrato de fornecedores e gestão de recursos (Itaú Unibanco, 2018, p. 43).

A representação mais dominante e eficaz dentro dos IRs analisados em relação ao ponto nodal “organização sustentável” é de uma “organização financeiramente sustentável”, este discurso financeiro de sustentabilidade está presente nos textos ao longo de todo o período analisado. Além disso, a análise discursiva constatou que o Banco Itaú Unibanco “recontextualizou” o conceito de “criação de valor” do IIRC, em que o conceito de sustentabilidade foi apropriado pelo

discurso de negócios e finanças e construído como a “longevidade dos negócios” e sua capacidade de produzir resultados financeiros para a empresa:

Para nós, criar valor é obter resultados financeiros superiores ao custo de capital, que remunerem os nossos acionistas e demais *stakeholders*, por meio de relações éticas, responsáveis e duradouras, pautadas pela confiança e transparência e com foco na sustentabilidade dos negócios (Itaú Unibanco, 2018, p. 3).

4.5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise do discurso dos IRs em torno do ponto nodal “organizações sustentáveis” nos IR do Itaú Unibanco, no período de 2013 a 2018, evidenciaram três identidades distintas e em evolução: financeiramente sustentável, líder em sustentabilidade e estrategicamente sustentável. Os IRs analisados privilegiam uma programática neoliberal e incorporam elementos de sustentabilidade que estão alinhados com os princípios subjacentes do Capitalismo (Thompson, 2015). A análise discursiva das identidades revelou que, os discursos da sustentabilidade nos IRs do Banco Itaú Unibanco foram frequentemente construídos em torno de orientações particulares da organização, ao invés de orientações discursivas holísticas.

Organização financeiramente sustentável foi uma identidade dominante em todo o período de análise dos IRs e revela que os discursos de sustentabilidade social e ambiental foram “recontextualizados” com discursos econômicos e financeiros e incorporados a metas e estratégias organizacionais para construir significados particulares de sustentabilidade (Zappettini & Unerman, 2016).

Dessa forma, existe um risco significativo dos IRs do banco projetar um “modelo” de relato com um viés relacionado às necessidades e prioridades dos acionistas em detrimento de outros *stakeholders* (Brown & Dillard, 2014). Sendo o discurso hegemônico de sustentabilidade financeira presente nos IRs de todo o período analisado, isso leva a questionar o que é valor para a sociedade e o que é valioso para o IR (Bommel, 2014).

Pode-se argumentar que, essas identidades em mudança e em evolução fazem parte das estratégias do Banco Itaú Unibanco para manter sua legitimidade, poder e hegemonia em debates sobre sustentabilidade e se manter como líder em performance sustentável. E, por meio desse processo de (re)articulação, que o papel da adoção ao IR pelo banco, se torna criticamente importante na representação da

organização como “líder em sustentabilidade”. Assim, a legitimidade dos IRs do Banco Itaú Unibanco, concentra-se na importância de buscar adequação e “fazer a coisa certa” aos olhos da sociedade ou dos *stakeholders*, com o objetivo de “mudar de liga”, ou seja, permanecer como um banco líder na escolha de seus clientes.

Para Spence (2007), embora o conceito de sustentabilidade nunca possa ser totalmente corrigido, alguns discursos podem dominar outros e se tornar o principal guia de ação. Obter legitimidade em discussões sobre sustentabilidade e manter o “direito de falar” em meio a um cenário político e econômico conturbado pode estar ligado às identidades organizacionais construídas pelo Banco Itaú Unibanco em torno da sustentabilidade (Tregidga et al., 2014). Os desafios fundamentais da sustentabilidade contidos no Relatório Brundtland não são reconhecidos na construção da identidade da “organização sustentável” do Banco Itaú Unibanco, como por exemplo: atender às necessidades dos pobres do mundo ou com o provimento das necessidades das gerações futuras (*World Commission on Environment and Development – WCED*, 1987).

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfoque desta pesquisa pautou-se em como o conceito de sustentabilidade é representado no IR do Banco Itaú Unibanco e os efeitos dessa representação, no período de 2013 a 2018. Seu desenvolvimento por meio da análise do discurso dos IRs dessa instituição, à luz da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. Os resultados revelaram três identidades distintas e em evolução: financeiramente sustentável, líder em sustentabilidade e estrategicamente sustentável.

Os dados evidenciaram que a definição de *Brundtland* foi a principal influência do Banco Itaú Unibanco ao se posicionar como “organização sustentável”. No entanto, o banco supracitado personalizou o conceito ao adicionar características próprias, tais como, centralidade na organização, longevidade dos resultados e *performance* sustentável. A análise discursiva evidenciou a natureza mutável da construção da identidade em torno da sustentabilidade nos IRs do Banco Itaú Unibanco e a (re)articulação da identidade para resistir às ameaças e manter a hegemonia do discurso dominante de sustentabilidade financeira.

Foram encontradas evidências de que os IRs são um dispositivo estratégico e legitimador utilizado pelo Banco Itaú Unibanco em discussões sobre sustentabilidade e mantem seu “direito de falar” em meio a um cenário político e econômico conturbado no qual está inserido. O Banco Itaú posiciona-se desde o início como financeiramente sustentável, silenciando aspectos mais amplos sobre o desenvolvimento sustentável. Os resultados são condizentes com as pesquisas de Tregidga et al. (2014) e Zapettini e Unerman (2016) no que diz respeito à identidade financeiramente sustentável ser de longe a característica mais comum relatada em torno das “organizações sustentáveis” nos IRs analisados.

Contudo, pela falta de fechamento do conceito e nenhuma articulação definitiva clara sobre o que é uma “organização sustentável” (ou não), faz com que essas ausências ou silêncios também não sejam completamente excluídos. Evidenciaram-se, assim que, o conceito de sustentabilidade nos IRs é ambíguo, sendo necessária reapresentação contínua da identidade pelo Banco pesquisado à medida que o contexto muda, para manter sua legitimidade após a operação Lava Jato e a crise financeira brasileira. Conceitos indefinidos, como sustentabilidade e práticas, como o IR, são aspiracionais e possuem uma dimensão mítica.

A pesquisa traz contribuições na área de estudo nas dimensões teórica e prática. Na primeira, contribui para a literatura que analisa o discurso de sustentabilidade nos IRs e no contexto organizacional. A contribuição prática contextualiza o sentido de que a compreensão da identidade construída em torno da “organização sustentável” é importante, uma vez que o efeito potencial que identidades tem em transformar e colonizar os discursos de sustentabilidade, à medida que o IR é adotado pelas empresas no Brasil.

No que tange às limitações da pesquisa, aponta-se a subjetividade inerente ao método de análise do discurso adotado, que pode exigir inferência dos pesquisadores. Como estudos futuros, sugere-se investigar se as identidades assumidas em torno da “organização sustentável” diferem ou são as mesmas em textos organizacionais além do IR com a finalidade de analisar como as organizações assumem diferentes identidades dependendo do contexto organizacional em que estão inseridas.

REFERÊNCIAS

- Bebbington, J., & Larrinaga, C. (2014). Accounting and sustainable development: An exploration. *Accounting, Organizations and Society*, 39(6), 395-413. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.01.003>
- Bommel, K. V. (2014). Towards a legitimate compromise?: An exploration of integrated reporting in the Netherlands. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1157–1189. <http://dx.doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1309>
- Brown, J., & Dillard, J. (2014). Integrated reporting: on the need for broadening out and opening up. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1120–1156. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1313>
- Busco, C., Frigo, M. L., Paolo, Q., & Angelo, R. (2013). Redefining corporate accountability through integrated reporting: what happens when values and value creation meet? *Strategic Finance*, 33-41.
- Busco, C., Giovannoni, E., Granà, F., & Izzo, M. F. (2018). Making sustainability meaningful: aspirations, discourses and reporting practices. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. 31(8):2218-2246. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2017-2917>.
- Connelly, S. (2007). Mapping sustainable development as a contested concept. *Local environment*, 12(3), 259-278. <https://doi.org/10.1080/13549830601183289>
- Época Negócios (2016). *PF deflagra nova fase da Zelotes tendo Itaú e BankBoston entre os alvos*. Recuperado de <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/12/pf-deflagra-nova-fase-da-zelotes-tendo-itaue-bankboston-entre-os-alvos-diz-lobonews.html>
- Época Negócios (2017). *Economia brasileira cresce 1% em 2017, após dois anos de contração, diz IBGE*. Recuperado de <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/03/economia-brasileira-cresce-1-em-2017-apos-dois-anos-de-contracao-diz-ibge.html>
- Flower, J. (2015). The International Integrated Reporting Council: a story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1-17. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.002>
- Frame, B., & O'Connor, M. (2011). Integrating valuation and deliberation: the purposes of sustainability assessment. *Environmental science & policy*, 14(1), 1-10.
- Higgins, C., Stubbs, W., & Love, T. (2014). Walking the talk (s): Organisational narratives of integrated reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1090-1119. DOI: 10.1108 / AAAJ-04-2013-1303

- Howarth, D. J., Howarth, D. R., Norval, A. J., & Stavrakakis, Y. (Eds.). (2000). *Discourse theory and political analysis: Identities, hegemonies and social change*. Manchester University Press.
- Humphrey, C., O'Dwyer, B., & Unerman, J. (2017). Re-theorizing the configuration of organizational fields: the IIRC and the pursuit of 'Enlightened' corporate reporting. *Accounting and Business Research*, 47(1), 30-63. <https://doi.org/10.1080/00014788.2016.1198683>.
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013). A estrutura internacional para Relato Integrado. Recuperado de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>.
- Itaú Unibanco (2013). *Relato Integrado ano base 2013*. Recuperado de <https://www.italy.com.br/relacoes-com-investidores/relatorio-anual/2013/pdf/pt/2013R INT.PDF>
- Itaú Unibanco (2014). *Relato Integrado ano base 2014*. Recuperado de https://www.italy.com.br/_arquivosstaticos/RAO/PDF/PT/Relato_Integrado_2014.pdf
- Itaú Unibanco (2015). *Relato Integrado ano base 2015*. Recuperado de https://www.italy.com.br/_arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Relato_Integrado_2015.pdf
- Itaú Unibanco (2016). *Relato Integrado ano base 2016*. Recuperado de https://www.italy.com.br/_arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Relato_Integrado_Itau_2016_BR.pdf
- Itaú Unibanco (2017). *Relato Integrado ano base 2017*. Recuperado de <https://www.italy.com.br/relacoes-com-investidores/Download.aspx?Arquivo=+sAlM6 y1/pH9CK7uKXEArA==>
- Itaú Unibanco (2018). *Relato Integrado ano base 2018*. Recuperado de <https://www.italy.com.br/relacoes-com-investidores/relatorio-anual/2018/pdf/pt/relato-integrado-2018.pdf>
- Jacobs, M. (1999) Sustainable development as a contested concept. In *Fairness and Futurity: Essays on Environmental Sustainability and Social Justice*, A Dobson (ed.). Oxford University Press: Oxford; 21– 45.
- Kassai, J. R., Carvalho, L. N., & Kassai, J. R. S. (2019). *Relato Integrado e Sustentabilidade*. São Paulo: Ed. Atlas/GEN.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. London: Verso Trade.
- Lélé, S. M. (1991). Sustainable development: a critical review. *World development*, 19(6), 607-621. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(91\)90197-P](https://doi.org/10.1016/0305-750X(91)90197-P).

- Livesey, S. M. (2002). The discourse of the middle ground: Citizen Shell commits to sustainable development. *Management Communication Quarterly*, 15(3), 313-349. <https://doi.org/10.1177/0893318902153001>.
- Onn, A. H., & Woodley, A. (2014). A discourse analysis on how the sustainability agenda is defined within the mining industry. *Journal of Cleaner Production*, 84, 116-127. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.03.086>.
- Phillips, N., & Hardy, C. (2002). *Discourse analysis: Investigating processes of social construction*. Sage Publications. (Qualitative Research Methods Series, v.50).
- Rodrigues, L. P., & Mendonça, D. (2008). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Spence, C. (2007). Social and environmental reporting and hegemonic discourse. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20(6), 855-882. <https://doi.org/10.1108/09513570710830272>.
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of management review*, 20(3), 571-610. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9508080331>.
- Thomson, I. (2015). "But does sustainability need capitalism or an integrated report" a commentary on "The International Integrated Reporting Council: A story of failure" by Flower, J. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 18-22. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.003>.
- Tregidga, H., & Milne, M. J. (2006). From sustainable management to sustainable development: a longitudinal analysis of a leading New Zealand environmental reporter. *Business Strategy and the Environment*, 15(4), 219-241. <https://doi.org/10.1002/bse.534>
- Tregidga, H., Milne, M., & Kearins, K. (2014). (Re) presenting 'sustainable organizations'. *Accounting, Organizations and Society*, 39(6), 477-494. DOI: 10.1016/j.aos.2013.10.006
- Tregidga, H., Milne, M. J., & Kearins, K. (2018). Ramping up resistance: Corporate sustainable development and academic research. *Business & Society*, 57(2), 292-334. <https://doi.org/10.1177/0007650315611459>
- Vizeu, F., Meneghetti, F. K., & Seifert, R. E. (2012). Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Cadernos Ebape*, 10(3), 569-583.
- Word Commission on Environment and Development-WCED. (1987). World Commission on Environment and Development: our common future, 17, 1-91.
- Zappettini, F., & Unerman, J. (2016). 'Mixing' and 'Bending': The recontextualisation of discourses of sustainability in integrated reporting. *Discourse and Communication*, 10(5), 521-542. <https://doi.org/10.1177/1750481316659175>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta tese foi realizar um estudo no que tange aos discursos corporativos de sustentabilidade no Relato Integrado (IR) em empresas estatais e privadas, engajadas na implantação do IR, no período de 2013 a 2018. A natureza contestada e a política da sustentabilidade tiveram como consequências que diferentes significados surgiram nos IRs sendo dependentes do contexto organizacional inserido. A proposta da tese foi entender como as organizações posicionaram seu discurso sobre sustentabilidade nos IRs e como a identidade discursiva construída e em constante mudança trabalhou para manter a legitimidade, poder e influência em debates sobre questões econômicas, sociais e ambientais.

Foram investigados como as representações de sustentabilidade organizacional se moldaram nos IRs e a evolução dessa representatividade no tempo. A tese proposta foi que o discurso corporativo de sustentabilidade representa uma “paralaxe” das prescrições recomendadas pelo Relato Integrado. Foram elaborados três artigos independentes, delimitando o foco de estudo para as maiores estatais federais brasileiras e o Banco Itaú Unibanco, que se destacaram no cenário nacional e internacional pelo seu engajamento na adoção do IR no país.

No primeiro artigo, o objetivo foi analisar a construção do discurso de sustentabilidade em pesquisas acadêmicas sobre o IR em empresas do setor público. Os resultados revelaram que os discursos de sustentabilidade presentes nas pesquisas revisadas estavam relacionados ao desenvolvimento econômico, estratégia e “*business-case*”. Os discursos de sustentabilidade presentes nos estudos revisados foram incorporados a proposições financeiras para se adequar às narrativas organizacionais e enfatizar a criação de valor. Considerando a proposta da tese, verificou-se que a adoção ao IR por empresas do setor público não modificou o discurso hegemônico de sustentabilidade financeira, mas o reforçou.

No segundo artigo, teceu-se uma análise de como as estatais federais brasileiras Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Brasil e Eletrobrás se representam em relação a sustentabilidade nos IRs e os efeitos dessa representação, no período de 2013 a 2018 constando-se quatro identidades distintas: organizações financeiramente sustentáveis, promotoras do desenvolvimento sustentável, estrategicamente sustentáveis e socioambientalmente sustentáveis. As identidades encontradas

estavam em constante mudança e fizeram parte dos meios pelas quais as estatais buscaram manter legitimidade, poder e influência em debates sobre questões econômicas, sociais e ambientais no cenário brasileiro conturbado, especialmente pela operação Lava Jato. Com isso, este artigo confirmou a proposta da tese uma vez que a reformulação dos significados de sustentabilidade nos IRs das estatais pesquisadas tende a validar lógicas financeiras e o fechamento de temas ambientais e sociais.

No terceiro artigo buscou-se analisar como o conceito de sustentabilidade é representado no IR do Itaú Unibanco e os efeitos dessa representação, no período de 2013 a 2018. A partir da análise discursiva, levantaram-se três identidades: financeiramente sustentável, líder em sustentabilidade e estrategicamente sustentável. As evidências encontradas nas identidades indicam que os discursos do banco enfatizam sua sustentabilidade financeiramente para benefício principal dos provedores de capital financeiro. Esses achados da pesquisa confirmam a proposta desta tese de que os discursos corporativos de sustentabilidade nos IRs representam uma “paralaxe” e não desafiam os objetivos econômicos tradicionais

Os achados mostraram que o discurso de sustentabilidade nos IRs das organizações pesquisadas evidencia a natureza contestada e política do conceito de desenvolvimento sustentável em que diferentes significados surgem dependendo dos diferentes contextos em que as empresas estão inseridas. Assim, conceitos indefinidos, como sustentabilidade e práticas do IR, são aspiracionais e possuem uma dimensão mítica. Consequentemente, não houve evidências de uma “sustentabilidade forte” evidenciada nos IRs pesquisados.

Os silêncios relacionados às tensões que envolvem o crescimento resultaram em uma constituição particular de sustentabilidade nos IRs pesquisados cuja tentativa substancial de “recontextualizar” o significado de sustentabilidade se dá no próprio interesse das organizações. Embora exista a necessidade de que as entidades sejam lucrativas para garantir a longevidade empresarial, a ênfase no econômico não desafia, mas potencialmente reforça os modelos tradicionais das organizações pesquisadas. Além disso, essa perspectiva representou um pensamento de curto prazo.

Como contribuição à teoria existente, esta tese investigou a constituição do conceito de sustentabilidade organizacional nos IRs por meio de uma estrutura discursiva, explorou as condições de possibilidade dos discursos e o que foi

marginalizado. A implicação prática dos achados deste estudo contribuiu como um alerta que à medida que o IR foi adotado pelas organizações, acabou sendo colonizado por discursos dominantes de sustentabilidade financeiros. Tal fato deve ser considerado pelos órgãos envolvidos no processo de adoção do IR no Brasil e pelas empresas adotantes. Cabe ressaltar ainda que se diferenciou dos estudos anteriores (Zappettini & Unerman, 2016; Busco et al., 2018) ao utilizar a Teoria Crítica do discurso de Laclau e Mouffe (1985) e analisar empresas que estão inseridas no processo de adoção do IR no Brasil.

Esta tese limitou-se a uma consideração do conceito de sustentabilidade. Outros conceitos sociais e políticos foram deixados sem tratamento, tais como, o conceito de “natureza” e “justiça social”. A análise do discurso forneceu uma lente teórica relevante e produtiva por meio da qual explorar esses conceitos sociais e políticos e, como tal, acredita-se que mais pesquisas nessa área sejam promissoras. Esta pesquisa foi limitada a uma análise discursiva dos IRs.

Embora, a capacidade de transformar o discurso hegemônico de sustentabilidade financeira esteja longe de ser simples, e talvez impossível de ser alcançado, vislumbra-se um espaço para mudança e um papel para o pesquisador para intervir neste cenário. Espera-se que, esta tese forneça alguns *insights* que possam ser utilizados como um ponto de partida para pesquisas posteriores.

Estudos futuros poderão continuar o projeto pós-estruturalista de analisar e problematizar o discurso corporativo de sustentabilidade nos relatórios organizacionais, trabalhando no sentido de criar espaços discursivos da sustentabilidade, concentrando-se no micro contexto da organização e, em particular, nos espaços oferecidos por projetos específicos de implantação do IR.

REFERÊNCIAS

- Busco, C., Giovannoni, E., Granà, F., & Izzo, M. F. (2018). Making sustainability meaningful: aspirations, discourses and reporting practices. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(8), 2218–2246.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and state socialism: towards a radical democratic politics*. London: Verso Trade.
- Zappettini, F., & Unerman, J. (2016). ‘Mixing’ and ‘Bending’: the recontextualisation of discourses of sustainability in integrated reporting. *Discourse and Communication*, 10(5), 521–542. <https://doi.org/10.1177/1750481316659175>